



2º SIMULADOS ESPECIAIS

SEFAZ CE

**AUDITOR-FISCAL DA
FAZENDA ESTADUAL**

Tecnologia Da Informação | Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-CE, cargo de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual - Tecnologia da Informação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/QtnAdwysUE41YVB7>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3Se7PGi>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

1. A leitura de um texto argumentativo permite concluir corretamente que a tese do autor corresponde
 - a) aos exemplos utilizados para ilustrar suas ideias.
 - b) ao ponto de vista central que ele procura defender.
 - c) às informações secundárias que complementam a discussão.
 - d) aos dados estatísticos apresentados ao longo do texto.
 - e) às conclusões formuladas pelo leitor após a leitura.
2. Está correta a redação da frase que se encontra em:
 - a) A excessão apontada pelo pesquisador não comprometeu a análise.
 - b) O privilégio de participar do projeto trouxe-lhe grande responsabilidade.
 - c) O empecilho encontrado não era tão grave quanto parecia, mas exigiu consciência dos riscos.
 - d) O pesquisador demonstrou empecilho em aceitar críticas ao trabalho.
 - e) A suscetibilidade do método justificava a cautela, mas não sua paralização.
3. O sinal indicativo de crase está empregado corretamente em:
 - a) O relatório fazia referência à determinadas práticas administrativas.
 - b) O pesquisador dirigiu-se à uma das comissões responsáveis.
 - c) O parecer foi encaminhado à diretoria antes da votação.
 - d) O estudo se refere à qualquer hipótese plausível.
 - e) A reunião ocorreu à portas fechadas.
4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - a) Devem haver razões consistentes para a adoção dessa medida.
 - b) Houveram inúmeras manifestações contrárias à proposta.
 - c) Fazem muitos anos que se discute esse problema.
 - d) Pode existir divergências entre os especialistas.
 - e) Não se admitem conclusões apressadas sobre tema tão complexo.
5. A redação está correta em:
 - a) O pesquisador assistiu o documentário recomendado pelos colegas.
 - b) O relatório alude questões que permanecem sem resposta.
 - c) O autor aspirava uma posição de destaque na instituição.
 - d) Os especialistas assistiram ao debate promovido pela universidade.
 - e) O diretor implicou na necessidade de novos investimentos.
6. Identifica-se voz passiva em:
 - a) Os pesquisadores analisaram cuidadosamente os resultados.
 - b) Há divergências relevantes entre os estudos consultados.
 - c) Publicaram novas diretrizes para a área educacional.
 - d) Reconhecem-se limitações importantes no método empregado.
 - e) Muitos especialistas questionaram a validade da hipótese.

7. No período:

Embora os dados sejam consistentes, novas verificações ainda são necessárias.

A conjunção destacada expressa ideia de

- a) concessão.
- b) causa.
- c) consequência.
- d) conclusão.
- e) condição.

8. A palavra formada por prefixação é:

- a) felicidade.
- b) livreiro.
- c) refazer.
- d) aguardente.
- e) empobrecimento.

9. Transpondo-se para o discurso indireto a frase:

O diretor declarou: "Esta proposta exige revisão".

obtem-se corretamente:

- a) O diretor declarou que esta proposta exige revisão.
- b) O diretor declarou que aquela proposta exigia revisão.
- c) O diretor declarou que essa proposta exigirá revisão.
- d) O diretor declarou que esta proposta exigiria revisão.
- e) O diretor declarou que aquela proposta exige revisão.

10. Há emprego de linguagem figurada em:

- a) O debate foi intenso durante toda a reunião.
- b) A proposta recebeu inúmeras críticas.
- c) O silêncio invadiu lentamente a sala.
- d) Os dados revelam uma tendência preocupante.
- e) A comissão concluiu seus trabalhos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

11. Para modernizar o sistema de irrigação de sua propriedade, um produtor rural contratou dois financiamentos, ambos no regime de juros compostos. O primeiro foi tomado pelo prazo de três meses, à taxa efetiva de 3% ao mês; o segundo, pelo prazo de dez meses, à taxa de 2% ao mês. Sabe-se que o valor do segundo financiamento corresponde ao triplo do valor do primeiro e que os juros pagos nos dois contratos, somados, totalizaram 15.000 reais. Considerando $(1,03)^3 \approx 1,09$ e $(1,02)^{10} \approx 1,22$, o valor total contratado nos dois financiamentos foi de

- a) R\$ 20.000,00
- b) R\$ 40.000,00
- c) R\$ 60.000,00
- d) R\$ 80.000,00
- e) R\$ 100.000,00

12. Um investidor aplicou R\$ 2.500,00 em um produto que remunera o capital à taxa de 10% ao ano com capitalização a cada segundo. Considerando as aproximações $(1 + \frac{1}{10})^{12} \approx 3,1384$, $(1 + \frac{1}{120})^{12} \approx 1,1047$, $e^{1/10} \approx 1,1052$ e $e^{1/360} \approx 1,0028$, o montante acumulado por esse investidor ao final de 1 ano será de, aproximadamente,

- a) R\$ 2.583,50
- b) R\$ 2.761,75
- c) R\$ 2.763,00
- d) R\$ 5.263,00
- e) R\$ 7.846,00

13. Para adquirir uma máquina de usinagem, um empresário tomou um empréstimo a ser liquidado em 30 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a liberação do crédito. O plano de pagamento adota o sistema de amortização constante (SAC), com taxa de juros de 1% ao mês. Sabendo que a 15ª prestação é igual a 3.480 reais, o valor da última prestação é igual a

- a) R\$ 3.030,00
- b) R\$ 3.060,00
- c) R\$ 3.090,00
- d) R\$ 3.120,00
- e) R\$ 3.150,00

14. Ao vender um terreno, Helena financiou o pagamento ao comprador em 12 parcelas mensais de 1.200 reais, a uma taxa de juros de 5% ao mês, com a primeira parcela vencendo 1 mês após a venda. Antes do primeiro vencimento, o comprador propõe renegociar o pagamento para 18 parcelas mensais, a uma taxa de 6,2% ao mês. Considerando 0,56 e 0,34 como aproximações para $(1,05)^{-12}$ e $(1,062)^{-18}$, respectivamente, para que o fluxo de recebimentos de Helena permaneça equivalente ao combinado inicialmente, o valor de cada nova parcela deverá ser

- a) inferior a 600 reais.
- b) superior a 600 reais e inferior a 800 reais.
- c) superior a 800 reais e inferior a 1.000 reais.
- d) superior a 1.000 reais e inferior a 1.200 reais.
- e) superior a 1.200 reais.

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

15. Simone Rutherford, secretária estadual do SEFAZ CE, solicitou à auditora Stephanie, uma análise sobre o tempo (em dias) de 5.460 atendimentos ao público. Stephanie utilizou um boxplot e um histograma, e chegou às seguintes conclusões:

- a mediana dos atendimentos é maior que a média aritmética;
- há presença de valores extremos inferiores;
- o coeficiente de curtose estimado é muito maior que 3;
- a maioria das observações concentra-se próxima ao terceiro quartil.

Com base nessas informações, Stephanie concluiu distribuição dos atendimentos é:

- a) simétrica, com distribuição platicúrtica e presença de outliers
- b) multimodal, mesocúrtica e com presença de outliers inferiores
- c) assimétrica à direita, leptocúrtica, com presença de outliers superiores
- d) simétrica, platicúrtica, com concentração nos extremos
- e) com assimetria negativa, leptocúrtica e com presença de outliers inferiores

16. Um órgão do SEFAZ CE contém 20 servidores, dos quais 5 são economistas. José, o estatístico desse órgão, selecionou aleatoriamente 6 servidores do órgão sem reposição. Seja K o número de servidores economistas na amostra. O valor da variância de K , nessa distribuição, é:

- a) 25/76
- b) 63/76
- c) 73/76
- d) 59/76
- e) 32/76

17. Em um órgão do SEFAZ CE, o tempo médio de resolução de processos segue uma distribuição normal com média de 40 dias e desvio padrão de 6 dias. A probabilidade de que um atendimento dure entre 34 e 49 dias, aproximadamente, é:

Tabela de Distribuição Normal (Valores acumulados $P(Z < z)$):

z	$P(Z < z)$
-1,5	0,0668
-1,0	0,1587
0,0	0,5000
1,0	0,8413
1,5	0,9332
2,0	0,9772

- a) 0,77
- b) 0,63
- c) 0,57
- d) 0,45
- e) 0,83

Utilize a informação a seguir para resolver as questões **18** e **19**.

Em um encontro de servidores do SEFAZ CE, escolheu-se uma pequena amostra com 6 auditores e 4 analistas.

18. Uma comissão com 4 servidores, sendo 2 auditores e 2 analistas será utilizada. De quantas maneiras, pode-se montar essa comissão?

- a) 72
- b) 85
- c) 90
- d) 120
- e) 240

19. Escolhendo-se uma comissão com 3 servidores, qual é a probabilidade de que haja mais auditores que analistas?

- a) $\frac{1}{2}$
- b) $\frac{2}{3}$
- c) $\frac{1}{5}$
- d) $\frac{4}{7}$
- e) $\frac{2}{9}$

20. Cinco auditores do SEFAZ CE (Ana, Bruno, Carlos, Daniela e Eduardo) serão distribuídos em cinco municípios distintos (A, B, C, D e E), um auditor por município.

Sabe-se que:

- Ana não pode ir para A nem para D.
- Bruno deve ficar em município imediatamente anterior ao de Carlos, considerando a ordem A-B-C-D-E.
- Daniela não pode ficar em C.
- Eduardo deve ficar em município posterior ao de Ana.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) Ana pode ficar em E.
- b) Carlos pode ficar em B.
- c) Eduardo pode ficar em A.
- d) Daniela necessariamente ficará em E.
- e) Bruno não pode ficar em C.

O enunciado a seguir, refere-se às questões **21** e **22**.

Helen, uma auditora do SEFAZ CE, realizou uma pesquisa, entre os auditores, sobre hábitos de beber sucos de 300 auditores, e conseguiu as seguintes informações:

- 120 gostam de limão;
- 100 gostam de cajá;
- 80 gostam de morango;
- 50 gostam de limão e cajá;
- 40 gostam de limão e morango;
- 30 gostam de cajá e morango;
- 20 gostam dos três.

21. O número de auditores que não gostam de nenhum dos sucos listados acima é igual a:

- a) 70
- b) 80
- c) 90
- d) 100
- e) 120

22. Helen escolheu aleatoriamente quatro auditores dentre os que gostam SOMENTE de sucos de limão e cajá. Desse modo, de quantas maneiras Helen pode fazer a escolha?

- a) 27.405
- b) 27.505
- c) 27.605
- d) 27.705
- e) 27.805

ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

23. Associe cada modelo de Administração Pública apresentado na **Coluna I** à característica correspondente indicada na **Coluna II**.

Coluna I

- I. Administração Patrimonialista
- II. Administração Burocrática
- III. Administração Gerencial

Coluna II

- () Existência de confusão entre a coisa pública e a coisa privada.
- () Orientação para resultados e flexibilização.
- () Foco no controle dos processos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, na ordem em que aparecem os itens da Coluna II.

- a) II, I, III
- b) III, II, I
- c) I, III, II
- d) I, II, III
- e) III, I, II

24. De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, a atuação estatal pode ser dividida em quatro setores: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado.

Nesse contexto, as agências reguladoras são enquadradas no setor:

- a) da produção de bens e serviços para o mercado
- b) do núcleo estratégico
- c) dos serviços não exclusivos
- d) das atividades exclusivas
- e) do setor concorrencial

25. No contexto do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado na década de 1990, a transferência de serviços públicos não exclusivos de Estado para entidades privadas sem fins lucrativos recebe o nome de:

- a) governança
- b) desestatização
- c) privatização
- d) publicização
- e) governabilidade

26. O modelo de gestão que confere ao gestor público maior margem de autonomia e flexibilidade na atuação administrativa é denominado:

- a) Administração Clássica.
- b) Burocrático.
- c) Patrimonialista.
- d) Gestão para Resultados.
- e) Organização Formal.

27. O instrumento de gestão pública por meio do qual a população participa da definição anual das prioridades de investimento do governo, com recursos previstos no orçamento, é denominado:

- a) fundo municipal.
- b) parceria entre sociedade e Estado.
- c) conferência municipal.
- d) ouvidoria municipal.
- e) orçamento participativo.

GOVERNANÇA PÚBLICA

Douglas Schneider

28. Os referenciais brasileiros de governança distinguem a governança da gestão e organizam instâncias internas e externas. Sobre essa distinção e essas instâncias, é correto afirmar que:

- a) governança e gestão são exercidas pelos mesmos agentes, cabendo a ambas planejar e executar as atividades operacionais da organização.
- b) as instâncias externas, como o controle externo e o controle social, substituem as instâncias internas na função de monitorar a gestão.
- c) a governança avalia, direciona e monitora a gestão, ao passo que a gestão planeja, executa e controla as ações voltadas aos objetivos.
- d) a alta administração compõe a instância operacional da governança, responsável pela execução cotidiana dos processos da organização.
- e) liderança, estratégia e controle são princípios da governança, enquanto transparência e *accountability* constituem os seus mecanismos.

29. A teoria da agência é empregada para analisar a governança no setor público, em que o gestor atua por delegação e responde a múltiplos interessados. Sobre a relação principal-agente e os *stakeholders*, é correto afirmar que:

- a) o problema de agência pressupõe a má-fé do agente, deixando de existir quando o gestor atua com probidade.
- b) a assimetria de informação entre principal e agente favorece o conflito de interesses e justifica mecanismos de monitoramento e de incentivo.
- c) no setor público há um só principal, o chefe do Executivo, não se configurando relação de agência perante o Legislativo, o controle ou os cidadãos.
- d) os custos de agência recaem sobre o agente, e não sobre o principal, sendo o monitoramento ônus suportado pelo próprio gestor.
- e) *stakeholder* e principal designam a mesma categoria, pois todo interessado na organização detém poder de delegação sobre o agente.

30. Os programas de integridade no setor público articulam instâncias e instrumentos para prevenir, detectar e tratar desvios. Sobre esses programas, é correto afirmar que:

- a) resumem-se à edição de código de ética, cuja observância pelos servidores supre a gestão de riscos de integridade.
- b) têm natureza reativa, atuando sobretudo na responsabilização do infrator após a consumação do dano à Administração.
- c) são de adesão facultativa e sem vínculo com a alta administração, geridos isoladamente pela área de recursos humanos.
- d) reúnem gestão de riscos de integridade, canais de denúncia, transparência e responsabilização, com caráter preventivo e apoio da alta administração.
- e) equivalem ao controle interno contábil, cuja função é certificar a regularidade das demonstrações financeiras do órgão.

31. O modelo das três linhas (The IIA, 2020) organiza papéis na gestão de riscos e no controle de uma organização. De acordo com esse modelo, é correto afirmar que:

- a) a primeira linha gere os riscos no dia a dia, a segunda dá suporte e monitora, e a terceira, a auditoria interna, presta avaliação independente.
- b) a auditoria interna integra a segunda linha, cabendo-lhe definir as políticas de conformidade e de controles internos.
- c) a primeira linha é exercida pelo controle externo, responsável por identificar e tratar os riscos operacionais da organização.
- d) a terceira linha responde pela execução cotidiana dos controles e pela correção direta das falhas dos processos.
- e) as três linhas devem ser exercidas por uma única unidade, a fim de concentrar a responsabilidade pela gestão de riscos.

32. A governança pública apoia-se em princípios que orientam a relação entre a administração e a sociedade. Sobre transparência e *accountability* na governança pública, é correto afirmar que:

- a) a transparência ativa restringe-se à publicação das peças orçamentárias, não abrangendo os resultados, os indicadores de desempenho e as decisões da gestão.
- b) a *accountability* resume-se à prestação de contas financeira aos órgãos de controle, sem dimensão de responsividade à sociedade.
- c) a participação social é incompatível com a governança, por fragilizar a autoridade decisória da alta administração.
- d) transparência e *accountability* são sinônimos, pois ambas se limitam à divulgação de dados em portais eletrônicos.
- e) a *accountability* conjuga prestação de contas, responsividade e responsabilização, e a transparência é condição para o controle social da gestão.

ECONOMIA*Amanda Aires*

- 33.** Um governo estadual pretende aumentar a arrecadação tributária por meio da elevação de alíquotas sobre dois bens: cigarros e automóveis de luxo. Considerando que a demanda por cigarros é inelástica em relação ao preço e a demanda por automóveis de luxo é elástica, é correto afirmar que
- a) o aumento da alíquota sobre cigarros reduzirá a quantidade consumida de forma proporcionalmente maior do que o aumento do preço, reduzindo a arrecadação.
 - b) o aumento da alíquota sobre automóveis de luxo gerará uma queda percentualmente menor na quantidade demandada do que o aumento de preço, elevando a arrecadação.
 - c) o aumento da alíquota sobre cigarros tende a gerar incremento de arrecadação, pois a queda na quantidade demandada será proporcionalmente menor que o aumento do preço.
 - d) o peso morto gerado pelo imposto sobre cigarros tende a ser maior do que o gerado sobre automóveis de luxo, dado o maior número de consumidores afetados.
 - e) bens com demanda inelástica geram menor arrecadação tributária por apresentarem menor excedente do consumidor antes da tributação.

34. Em relação ao equilíbrio de um monopolista no curto prazo, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- a) O monopolista produz onde o preço é igual ao custo marginal, assim como ocorre na concorrência perfeita, diferindo apenas no nível de output.
- b) O monopolista maximiza lucros no ponto em que a receita marginal é igual ao custo marginal, e o preço cobrado é necessariamente superior ao custo marginal.
- c) Na presença de economias de escala, o monopólio sempre produz uma quantidade socialmente ótima, pois minimiza o custo médio da indústria.
- d) O poder de monopólio implica necessariamente que o monopolista aufera lucro econômico positivo no curto prazo.
- e) A curva de receita marginal do monopolista coincide com a curva de demanda, uma vez que ele é o único ofertante no mercado.

35. A tributação sobre mercadorias gera inevitavelmente uma perda de eficiência denominada peso morto (deadweight loss). Considerando os determinantes do peso morto de um imposto específico sobre um bem, é INCORRETO afirmar que

- a) quanto mais elástica a oferta, maior tende a ser o peso morto gerado pelo imposto, pois maior a redução de quantidade transacionada.
- b) quanto mais inelástica a demanda, menor é o peso morto, pois a redução da quantidade transacionada é proporcionalmente pequena.
- c) o peso morto representa transações economicamente desejáveis que deixam de ocorrer em razão do imposto, constituindo uma perda líquida de bem-estar social.
- d) bens com demanda perfeitamente inelástica não geram peso morto quando tributados, pois a quantidade transacionada permanece inalterada.
- e) impostos sobre bens com oferta perfeitamente elástica não geram peso morto, pois todo o ônus do imposto recai sobre os consumidores sem alterar a quantidade.

- 36.** A regra de Ramsey para tributação ótima sobre mercadorias estabelece um critério de eficiência para a estrutura de alíquotas. Com base nessa regra, assinale a alternativa CORRETA.
- a) A regra de Ramsey preconiza que todos os bens devem ser tributados pela mesma alíquota ad valorem, de modo a garantir equidade horizontal entre os contribuintes.
 - b) Segundo a regra de Ramsey, os bens devem ser tributados de forma que a redução proporcional nas quantidades consumidas seja igual para todos os bens, minimizando o peso morto agregado para dada arrecadação.
 - c) A aplicação da regra de Ramsey favorece a equidade distributiva, pois bens consumidos por famílias de baixa renda tendem a ter demanda elástica, recebendo alíquotas mais baixas.
 - d) A regra de Ramsey implica tributar mais pesadamente bens com demanda elástica, uma vez que isso maximiza a arrecadação com menor distorção sobre as escolhas dos consumidores.
 - e) A regra de Ramsey é equivalente à regra da capacidade contributiva, pois ambas recomendam tributar proporcionalmente à renda do consumidor.
- 37.** Um imposto específico é cobrado legalmente dos produtores em um mercado competitivo. Em relação à incidência econômica desse tributo, é correto afirmar que
- a) a incidência econômica do imposto recai integralmente sobre os produtores, por serem eles os obrigados legais ao recolhimento do tributo.
 - b) a partilha do ônus tributário entre produtores e consumidores depende exclusivamente das elasticidades relativas de oferta e demanda, independentemente de quem recolhe o imposto ao fisco.
 - c) quanto mais elástica a demanda em relação à oferta, maior a parcela do imposto suportada pelos consumidores.
 - d) com oferta perfeitamente inelástica, os consumidores absorvem todo o ônus do imposto, pois não há mecanismo de repasse ao produtor.
 - e) a incidência legal e a incidência econômica sempre coincidem quando o imposto é cobrado na fase de produção.
- 38.** Sobre os conceitos de contabilidade nacional e os agregados macroeconômicos utilizados na mensuração da renda nacional, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.
- a) O PIB nominal aumenta necessariamente quando a produção real cresce, independentemente da variação dos preços.
 - b) O deflator do PIB é calculado como a razão entre o PIB real e o PIB nominal, multiplicada por 100, e reflete a variação dos preços de uma cesta de bens fixada no ano-base.
 - c) Pela ótica da demanda, o PIB é decomposto em consumo das famílias, investimento bruto, gastos do governo em bens e serviços e exportações líquidas, sendo que as transferências governamentais não são incluídas diretamente.
 - d) O PIB real cresce sempre que o PIB nominal cresce, dado que o deflator do PIB representa apenas a variação do nível geral de preços dos bens importados.
 - e) As exportações líquidas correspondem ao valor total das exportações de bens e serviços, sem dedução das importações, compondo diretamente a demanda agregada.

- 39.** No modelo IS-LM de determinação da renda e da taxa de juros em uma economia fechada, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação CORRETA.
- a) A curva IS possui inclinação positiva porque aumentos na taxa de juros estimulam o investimento e, portanto, elevam a renda de equilíbrio.
 - b) Uma política fiscal expansionista (aumento dos gastos do governo) desloca a curva IS para a direita, tendendo a elevar tanto a renda quanto a taxa de juros de equilíbrio.
 - c) A curva LM possui inclinação negativa porque aumentos na taxa de juros reduzem a demanda por moeda para transações, exigindo menor oferta de moeda para o equilíbrio monetário.
 - d) Uma política monetária expansionista desloca a curva IS para a direita, reduzindo a taxa de juros e estimulando o investimento.
 - e) O efeito crowding out ocorre quando a política monetária expansionista eleva a taxa de juros, deslocando investimento privado.
- 40.** Sobre os conceitos de inflação e seus métodos de mensuração no Brasil, é correto afirmar que
- a) o IPCA e o IGP-M utilizam a mesma metodologia de cálculo, diferindo apenas na periodicidade de coleta dos preços.
 - b) a inflação de demanda ocorre quando choques de oferta, como aumento no preço de matérias-primas, elevam os custos de produção e pressionam os preços finais.
 - c) o deflator do PIB e o IPCA podem divergir porque o deflator abrange todos os bens e serviços produzidos internamente, enquanto o IPCA mede a variação de preços de uma cesta de consumo fixada para famílias em determinadas faixas de renda e regiões.
 - d) a correção monetária de um valor utilizando um índice de inflação consiste em multiplicar o valor original pelo índice acumulado no período, sem necessidade de deflacionar o resultado.
 - e) a inflação inercial resulta exclusivamente de déficits fiscais persistentes que forcem o governo a emitir moeda para financiar gastos, gerando excesso de demanda.
- 41.** Sobre o Balanço de Pagamentos (BP) e suas relações com a política macroeconômica, assinale a alternativa CORRETA.
- a) Um superávit na conta corrente do balanço de pagamentos implica necessariamente acúmulo de reservas internacionais pelo Banco Central, independentemente do saldo da conta financeira.
 - b) A conta de transações correntes registra, além da balança comercial, a balança de serviços e rendas, e as transferências unilaterais correntes, sendo seu saldo determinante do nível de endividamento externo líquido do país.
 - c) Sob regime de câmbio fixo, o Banco Central não precisa intervir no mercado de câmbio, pois os fluxos de capitais automaticamente equilibram o balanço de pagamentos.
 - d) A conta financeira do balanço de pagamentos registra apenas os investimentos diretos estrangeiros, excluindo transações com ativos de reserva e derivativos financeiros.
 - e) O princípio da partida dobrada garante que o balanço de pagamentos como um todo seja sempre superavitário, compensando eventuais déficits na conta corrente.

42. O sistema tributário pode ser utilizado como instrumento de política distributiva pelo Estado. Com base nos conceitos de progressividade, regressividade e incidência tributária, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Um imposto é considerado progressivo quando a alíquota efetiva paga pelo contribuinte decresce à medida que sua renda aumenta, redistribuindo riqueza em favor dos mais pobres.
- b) Os impostos indiretos sobre bens de consumo essencial tendem a ser regressivos porque representam parcela maior da renda das famílias de menor poder aquisitivo, que destinam proporção mais elevada da renda ao consumo.
- c) A progressividade do Imposto de Renda é suficiente para garantir que o sistema tributário brasileiro como um todo seja progressivo, neutralizando a regressividade dos tributos indiretos.
- d) A curva de Laffer demonstra que impostos progressivos são sempre ineficientes, pois reduzem o incentivo ao trabalho e ao investimento independentemente do nível de alíquota.
- e) O critério do benefício para tributação é equivalente ao critério da capacidade contributiva, pois em ambos os casos o imposto pago reflete a renda do contribuinte.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

43. No Estado Alfa, o Governador editou decreto dispondo sobre a estrutura da Secretaria da Fazenda. O ato extinguiu cargos vagos de Auditor Fiscal, criou novas funções de confiança com gratificação própria e reorganizou setores internos da pasta, sem aumento de despesa e sem criação ou extinção de órgãos públicos. Questionada a validade do decreto, à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que ele é

- a) integralmente constitucional, pois compete ao Chefe do Poder Executivo organizar a

Administração Pública por decreto, inclusive criando funções e gratificações.

- b) integralmente inconstitucional, pois toda alteração na estrutura administrativa estadual depende de lei formal aprovada pelo Poder Legislativo.
- c) parcialmente constitucional, apenas quanto à extinção dos cargos vagos e à reorganização interna sem aumento de despesa.
- d) constitucional apenas quanto à criação das funções de confiança, pois estas se destinam exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) inconstitucional apenas quanto à extinção dos cargos vagos, pois cargo público somente pode ser extinto por lei, ainda que esteja desocupado.

44. Beatriz, brasileira nata, passou a residir no exterior e, após preencher os requisitos locais, adquiriu voluntariamente a nacionalidade estrangeira. Ela não formulou pedido de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente.

Nessa situação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Beatriz

- a) perdeu automaticamente a nacionalidade brasileira, por ter adquirido outra nacionalidade de forma voluntária.
- b) somente manterá a nacionalidade brasileira se comprovar que a naturalização estrangeira foi imposta como condição de permanência.
- c) poderá ter a perda da nacionalidade declarada por ato administrativo do Presidente da República, independentemente de pedido.
- d) perderá a nacionalidade brasileira, salvo se optar expressamente pela nacionalidade brasileira no prazo legal.
- e) não perdeu a nacionalidade brasileira pela mera aquisição de outra nacionalidade.

45. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, de acordo com a classificação tradicional adotada no Direito Constitucional brasileiro, é correto afirmar
- a) as normas de eficácia contida dependem de lei integrativa para produzir seus efeitos essenciais.
 - b) as normas de eficácia plena produzem todos os seus efeitos desde a entrada em vigor da Constituição.
 - c) as normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade direta, imediata e integral, podendo apenas ser restringidas por lei.
 - d) as normas programáticas não possuem força normativa e dependem de recepção por lei infraconstitucional.
 - e) as normas de eficácia plena são sempre direitos fundamentais, não podendo disciplinar organização estatal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

46. Considerando os elementos do ato administrativo, assinale a opção **correta**.
- a) A competência, enquanto elemento do ato administrativo, possui natureza discricionária, podendo o agente público decidir livremente se irá ou não exercê-la, bem como modificar seu alcance conforme critérios de conveniência e oportunidade;
 - b) A finalidade do ato administrativo pode ser direcionada exclusivamente ao interesse particular, desde que haja justificativa formal apresentada pelo agente público e inexistência de prejuízo imediato ao interesse coletivo;
 - c) A forma do ato administrativo é, como regra geral, livre e flexível, sendo possível ao agente público escolher qualquer meio de exteriorização do ato, independentemente de previsão legal específica ou formalidades previamente estabelecidas;

- d) O motivo do ato administrativo corresponde ao conjunto de circunstâncias fáticas concretas e aos fundamentos jurídicos previstos na legislação que autorizam ou determinam a edição do ato pela Administração Pública;
- e) O objeto do ato administrativo corresponde ao efeito jurídico mediato ou secundário produzido pelo ato, estando relacionado à finalidade pública buscada pela Administração.

47. No que se refere ao poder de polícia administrativa, considerando seus atributos, finalidade, formas de atuação e limites jurídicos, assinale a opção **correta**.

- a) O poder de polícia possui natureza integralmente vinculada, não admitindo qualquer margem de discricionariedade na escolha das medidas administrativas a serem adotadas pela Administração Pública;
- b) O poder de polícia caracteriza-se pela prerrogativa conferida à Administração Pública para limitar e condicionar o exercício de direitos individuais em prol do interesse coletivo, sendo dotado dos atributos da discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade, que permitem a imposição direta de medidas administrativas;
- c) O poder de polícia é exercido exclusivamente pela União, sendo vedada a atuação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ainda que dentro de suas competências constitucionais;
- d) O poder de polícia possui atuação exclusivamente repressiva, voltada à punição de infrações já cometidas, não sendo admitida sua atuação preventiva;
- e) O poder de polícia não admite delegação em nenhuma hipótese, ainda que se trate de atividades materiais ou instrumentais de execução.

48. Durante a execução de obra pública no Município Gama, um caminhão pertencente à Administração Pública, conduzido por servidor no exercício regular de suas funções, sofreu falha mecânica inesperada e colidiu com o veículo de Marcos, causando-lhe expressivos danos materiais. Após apuração administrativa, constatou-se que o servidor observava todas as normas de condução e que a falha era imprevisível.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção **correta**.

- a) O Estado não responde pelos danos, pois a responsabilidade civil depende da comprovação de dolo ou culpa do agente público.
- b) O Estado responde objetivamente pelos danos causados, desde que demonstrados o dano e o nexo causal, assegurado o direito de regresso apenas se comprovados dolo ou culpa do agente.
- c) A responsabilidade do Estado é integral, não sendo admitida qualquer causa excludente ou atenuante, ainda que o evento decorra de circunstância imprevisível.
- d) A situação caracteriza culpa exclusiva da vítima, afastando integralmente a responsabilidade estatal.
- e) A reparação do dano deve ser exigida exclusivamente do servidor responsável, sendo vedada a responsabilização direta do Estado.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

49. Com relação à invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante, responsável pela adesão de qualquer das partes, for ilícito.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, assim como o negócio jurídico que se dissimulou.
- c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, porém a ação declaratória de nulidade se submete ao prazo prescricional de 10 anos.

d) Apenas os interessados podem alegar a anulabilidade do negócio jurídico.

e) É de 4 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de erro, do dia em que o engano for descoberto pela parte que nele incorreu.

50. Acerca do contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço
- b) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de tradição, como por exemplo o frete, a cargo do comprador.
- c) É lícita a compra e venda entre cônjuges, tanto de bens comuns, como de bens excluídos da comunhão.
- d) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas
- e) Não pode um condômino em coisa divisível vender a sua parte a estranhos, se outro consorte a quiser, tanto por tanto.

51. Com relação à sucessão dos colaterais, assinale a alternativa correta.

- a) Se a pessoa falecer deixando cônjuge, com o qual havia sido casado pelo regime da separação absoluta de bens, e irmão, a herança será deferida ao irmão.
- b) Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos e netos de irmãos pré-mortos.
- c) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.
- d) Na falta de irmãos, herdarão os pais destes.
- e) Para excluir da sucessão herdeiro colateral, o testador que não tenha cônjuge, ascendente ou descendente deverá promover sua deserdação.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

52. Determinado contribuinte, mediante a inserção de elementos inexatos em guias de informação

fiscal, suprimiu o pagamento de ICMS no valor originário de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). A infração foi detectada pelo Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual competente, que lavrou o respectivo auto de infração. No âmbito penal, instaurou-se inquérito policial para apurar a conduta tipificada no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990. A defesa do contribuinte pleiteou o trancamento do inquérito invocando o princípio da insignificância (bagatela), sustentando que o valor suprimido se situa abaixo do patamar adotado pelas Cortes Superiores. Considerando o princípio da intervenção mínima, a fragmentariedade do direito penal e a jurisprudência sumulada do STF e do STJ voltada aos tributos estaduais, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da insignificância aplica-se ao caso de forma idêntica aos tributos federais, adotando-se o limite de R\$ 20.000,00 estipulado pelas Portarias do Ministério da Fazenda, acarretando a atipicidade material imediata da conduta.
- b) Nos crimes contra a ordem tributária praticados em detrimento de fisco estadual, o patamar para fins de insignificância penal deve observar o limite fixado na legislação do respectivo Estado-membro para o ajuizamento de execuções fiscais, não se aplicando compulsoriamente o parâmetro federal.
- c) A tipicidade formal e material do crime em comento depende exclusivamente da lavratura do auto de infração, sendo irrelevante o esgotamento da via administrativa, por força do princípio do impulso oficial.
- d) O princípio da fragmentariedade impede o reconhecimento da insignificância em crimes tributários de ICMS, uma vez que a arrecadação estadual possui natureza indisponível e caráter difuso.
- e) Por se tratar de crime formal, a supressão de tributo estadual torna-se típica no momento da

omissão de dados pelo contribuinte, aplicando-se o princípio da consunção para absorver a lesão patrimonial subsequente.

53. Carlos, brasileiro, Diretor de Planejamento Tributário de uma multinacional, viajou a negócios para o exterior. Estando temporariamente em território estrangeiro, Carlos inseriu dados falsos no sistema informatizado de controle fiscal do Estado de origem no Brasil, visando lesar o erário estadual em proveito da pessoa jurídica. A fraude foi processada e gerou a redução ilícita do ICMS devido em solo brasileiro. Descoberto o fato por Auditoria Fiscal em procedimento posterior, o Ministério Público ofereceu denúncia. Considerando o lugar do crime, a aplicação da lei penal no espaço e as regras processuais e penais brasileiras, assinale a opção correta:

- a) A lei penal brasileira não poderá ser aplicada, haja vista que os atos executórios e de inserção de dados foram integralmente perpetrados no estrangeiro, incidindo o princípio da territorialidade absoluta.
- b) Trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada, dependendo a aplicação da lei brasileira do ingresso físico e permanente de Carlos em território nacional, sob pena de extinção prematura da punibilidade.
- c) Aplica-se a lei penal brasileira com fulcro no princípio da ubiquidade, considerando-se praticado o crime tanto no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, quanto no lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- d) O Código Penal fixa o lugar do crime adotando estritamente a teoria da atividade, o que deslocará a competência do julgamento penal para a Justiça Federal sediada em Brasília.
- e) Incide na espécie o princípio da defesa ou proteção, tornando a extraterritorialidade incondicionada por se tratar de crime praticado contra o patrimônio de autarquia ou empresa pública de Estado-membro.

54. Vanderlei, Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual, voluntariamente ingeriu expressiva quantidade de bebida alcoólica com o intuito deliberado de criar coragem para cometer o crime de excesso de exação (exigência de tributo que sabe ou deveria saber indevido) contra um comerciante local. No momento da abordagem e da prática da conduta ilícita, Vanderlei encontrava-se em estado de embriaguez completa, sem o controle pleno de suas faculdades motoras, embora tenha conseguido formalizar a exigência ilegal. Instaurado o devido processo criminal com o amparo de provas testemunhais e do flagrante, a defesa técnica do servidor público pleiteou a exclusão da culpabilidade sob o argumento de inimputabilidade por ausência de discernimento no momento do fato. Diante do regramento do Código Penal sobre imputabilidade penal e crimes contra a Administração Pública, o juiz deverá:

- a) Absolver Vanderlei propriamente, eis que a embriaguez completa, ao retirar a capacidade de entendimento e autodeterminação no momento da conduta, afasta compulsoriamente a imputabilidade penal.
- b) Desclassificar a conduta para infração meramente administrativa, visto que a falta de higidez mental completa decorrente do álcool impede a formação do dolo específico exigido nos crimes de excesso de exação.
- c) Aplicar medida de segurança substitutiva de internação compulsória, tratando a embriaguez voluntária como hipótese análoga ao desenvolvimento mental incompleto.
- d) Condenar Vanderlei, visto que a sua responsabilidade penal é preservada com base na teoria da *actio libera in causa*, que considera o momento em que o agente era livre para decidir (no ato de ingestão do álcool), configurando-se inclusive a agravante da embriaguez preordenada.
- e) Reduzir a pena de um a dois terços com amparo na semi-imputabilidade, haja vista que a embriaguez retirou parcialmente o discernimento técnico para o exercício da função pública.

DIREITO FINANCEIRO

Leandro Ravyelle

55. Durante a análise do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de determinado Estado do Ceará, a equipe técnica verificou quais matérias deveriam constar desse instrumento, diferenciando-as dos demonstrativos e conteúdos próprios da Lei Orçamentária Anual.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá conter, entre outras previsões,

- a) demonstrativo da receita e da despesa segundo categorias econômicas, integrante do balanço orçamentário.
- b) orçamento fiscal referente aos Poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- c) demonstrativo regionalizado dos efeitos de benefícios tributários, financeiros e creditícios sobre receitas e despesas.
- d) parâmetros e limites para a elaboração das propostas orçamentárias da ALECE e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.
- e) quadro discriminativo da despesa por unidade orçamentária, programa de trabalho e natureza da despesa.

56. A Lei Orçamentária Anual de determinado ente público, referente ao exercício financeiro de 2026,

- a) segundo a LRF, deve conter o Anexo de Metas Fiscais, com avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior.
- b) segundo a Constituição Federal, cumpre o princípio da exclusividade ao autorizar a abertura de crédito especial com lei específica.
- c) segundo a Constituição Federal, poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- d) segundo a Lei nº 4.320/1964, cumpre o princípio da universalidade ao registrar receitas e despesas pelo valor real, deduzidas as compensações legais.
- e) segundo a Lei nº 4.320/1964, deve classificar a aquisição de veículo novo e a construção de prédio público como inversões financeiras.

57. Durante a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União, determinado parlamentar pretendeu destinar recursos de sua emenda individual impositiva ao município de Caucaia-CE, para aplicação em obras de infraestrutura urbana. A assessoria técnica informou que a Constituição admite a transferência direta de recursos a outros entes federativos, desde que observada a modalidade constitucional adequada e as restrições aplicáveis.

Considerando a disciplina constitucional das emendas parlamentares impositivas e das transferências especiais, assinale a alternativa correta.

- a) As emendas individuais impositivas somente podem ser executadas diretamente pela União, sendo vedada a transferência dos recursos a Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- b) As transferências especiais exigem, como regra, a celebração de convênio ou instrumento congêneres entre a União e o ente beneficiado.
- c) Os recursos transferidos por emenda individual impositiva na modalidade transferência especial

pertencem ao ente beneficiado no ato da efetiva transferência financeira.

- d) A execução obrigatória das emendas individuais impede limitação de empenho, ainda que haja risco de descumprimento da meta fiscal.
- e) As transferências especiais podem ser destinadas, em caráter especial, ao pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do ente beneficiado.

58. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual de determinado ente público, referente ao exercício financeiro de 2026, deverá evidenciar corretamente a previsão das receitas e a fixação das despesas segundo sua classificação econômica.

Nesse contexto, a LOA deverá apresentar

- a) as receitas orçamentárias e os ingressos extraorçamentários previstos, em razão do princípio da universalidade.
- b) as metas fiscais de resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública, por integrarem o conteúdo obrigatório da orçamentação governamental.
- c) as receitas provenientes de cauções e depósitos de terceiros como receitas correntes, por representarem ingressos financeiros nos cofres públicos.
- d) as despesas fixadas com juros e encargos da dívida classificadas como despesas correntes.
- e) autorização para abertura de créditos adicionais especiais, desde que haja indicação de fonte de recursos e justificativa.

59. Para responder à questão, considere as seguintes informações extraídas da execução orçamentária e financeira de uma entidade pública, referentes ao exercício financeiro de 2025. Os valores estão expressos em reais.

Cauções e depósitos restituíveis recebidos R\$ 96.000,00

Receita realizada de alienação de bens imóveis R\$ 310.000,00

Receita realizada de exploração do patrimônio imobiliário R\$ 1.420.000,00

Receita realizada de cessão de direitos R\$ 455.000,00

Receita realizada de indenizações, restituições e ressarcimentos R\$ 188.000,00

Receita realizada de multas administrativas e contratuais R\$ 64.000,00

Receita realizada de multas e juros de mora de receitas de capital R\$ 37.000,00

Superávit financeiro apurado em 31/12/2024 R\$ 275.000,00

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com o MCASP 11ª edição, o impacto positivo total das receitas orçamentárias no resultado da execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2025 foi de:

- a) R\$ 2.845.000,00
- b) R\$ 2.749.000,00
- c) R\$ 2.474.000,00
- d) R\$ 2.378.000,00
- e) R\$ 2.199.000,00

60. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, a SEFAZ-CE analisou diferentes dotações relacionadas a entidades públicas e privadas. Em uma delas, verificou-se a previsão de repasse, autorizado em lei, destinado à cobertura de despesas de custeio de empresa privada de caráter industrial, sem contraprestação direta em bens ou serviços ao ente concedente.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, constitui exemplo de despesa classificada como transferência corrente:

- a) aquisição de imóvel já em utilização para instalação de repartição pública.

- b) amortização do principal da dívida pública fundada.
- c) construção de nova unidade administrativa, com aquisição de equipamentos permanentes.
- d) subvenção econômica destinada à cobertura de despesas de custeio de empresa privada de caráter industrial.
- e) subscrição de ações em aumento de capital de sociedade de economia mista com objetivo comercial.

61. No âmbito da execução orçamentária de determinado Estado, a Secretaria da Fazenda pretende repassar recursos financeiros a um Município para auxiliar na recuperação de estradas vicinais, sem que tal repasse decorra de repartição constitucional de receitas ou imposição legal.

Para fins da Lei Complementar nº 101/2000, essa entrega de recursos caracteriza

- a) transferência voluntária, por consistir na entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou de recursos destinados ao SUS.
- b) transferência constitucional obrigatória, por envolver repasse de recursos entre entes federativos para execução de política pública local.
- c) operação de crédito intergovernamental, por representar ingresso financeiro destinado à realização de despesa de capital pelo Município.
- d) transferência ao setor privado, por se destinar a beneficiários finais residentes em outro ente federado.
- e) receita extraorçamentária do Município, por não decorrer de arrecadação tributária própria.

62. O Município de Maracanaú, ao final do primeiro quadrimestre de 2026, apresentou os seguintes dados fiscais:

Receita Corrente Líquida: R\$ 800.000.000

Despesa total com pessoal do Poder Executivo: R\$ 390.000.000

Dívida consolidada: R\$ 1.950.000.000

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, o Município deverá

a) aguardar o encerramento do exercício financeiro para iniciar eventual ajuste, pois a recondução somente é exigida em bases anuais.

b) reconduzir a dívida ao respectivo limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

c) reduzir o excesso da dívida integralmente no quadrimestre seguinte, sob pena de suspensão imediata das transferências constitucionais obrigatórias.

d) ficar proibido apenas de contratar operações de crédito externas, permanecendo autorizadas as operações internas.

e) eliminar o excesso no prazo de dois quadrimestres, observando-se a regra aplicável ao limite de despesa total com pessoal.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

63. A empresa MAVIFOR S.A. comercializa relógios e adquiriu mercadorias, em 28/06/2026, nas seguintes condições:

- Valor das mercadorias: R\$ 517.500,00
- Prazo para pagamento ao fornecedor: 18 meses
- A taxa de juros implícita embutida na compra era 15% para o prazo de 18 meses

O valor dos tributos recuperáveis incluído no preço de compra era R\$ 37.500,00 e o valor dos tributos não recuperáveis era R\$ 15.000,00.

O fornecedor não faz a entrega das mercadorias e a empresa MAVIFOR S.A. contratou uma transportadora para levar as mercadorias até seu depósito, pagando à vista o valor de R\$ 11.250,00.

Em 30/06/2026, a empresa MAVIFOR S.A. vendeu 80% das mercadorias que havia adquirido em 28/06/2026 pelo valor de R\$ 525.000,00, à vista, mas concedeu um desconto comercial de 10% em função da quantidade adquirida por um cliente tradicional. A empresa pagou ainda os seguintes valores:

- R\$ 10.500,00 a título de comissão para seus vendedores.
- R\$ 3.750,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias ao seu cliente.

O lucro bruto apurado pela empresa MAVIFOR S.A., especificamente em relação a esta venda ocorrida em 30/06/2026, foi, em reais,

- a) 119.250.000.
- b) 79.500.000.
- c) 91.500.000.
- d) 133.500.000.
- e) 123.000.000.

64. Um equipamento industrial foi adquirido à vista pelo valor de R\$ 6.000.000,00. A aquisição ocorreu em 20/12/2025 e o equipamento entrou em operação em 01/01/2026. A empresa definiu a vida útil para o equipamento em 10 anos e o valor residual estimado para venda no final do prazo de utilização foi R\$ 900.000,00. No final do ano de 2026, a empresa revisou o valor residual estimado no final do prazo de utilização para R\$ 562.500,00, em função de grande alteração no mercado secundário por causa de aparecimento de novos equipamentos com tecnologia mais atualizada. Sabendo que a empresa calcula a despesa de depreciação em função do tempo decorrido, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2027 foi, em reais,

- a) 4.997.250,00
- b) 4.912.500,00
- c) 4.942.500,00
- d) 4.980.000,00
- e) 4.800.000,00

65. No dia 20/12/2024, uma empresa adquiriu uma máquina industrial pelo valor de R\$ 6.000.000 e efetuou o pagamento à vista. A máquina entrou em operação em 02/01/2025, a empresa definiu sua vida útil em 10 anos e o valor estimado para venda no final desse prazo de utilização foi R\$ 900.000. No final do ano de 2026, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e, para a análise, obteve os seguintes valores, em reais:

- Valor justo líquido das despesas de venda.....4.650.000
- Valor em uso.....4.875.000

Sabendo que a despesa de depreciação é calculada em função do tempo decorrido, a empresa apresentou, nas suas demonstrações contábeis de 2026:

- a) No Balanço Patrimonial de 31/12/2026, o valor contábil da máquina por R\$ 4.980.000.

- b) Na Demonstração do Resultado de 2026, uma despesa total, relacionada exclusivamente com a máquina, no valor de R\$ 615.000.
- c) No Balanço Patrimonial de 31/12/2026, o valor contábil da máquina por 4.650.000.
- d) No Balanço Patrimonial de 31/12/2026, o valor contábil da máquina por 5.490.000.
- e) Na Demonstração do Resultado de 2026, uma despesa total, relacionada exclusivamente com a máquina, no valor de R\$ 510.000.

66. A tabela a seguir apresenta os processos a que uma empresa está respondendo, identificando a probabilidade de perda definida pela empresa para cada um e os valores estimados a serem desembolsados. A análise e os valores se referem a 31/12/2025:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo X	R\$ 342.750	Possível
Processo Y	R\$ 179.250	Provável
Processo Z	R\$ 247.500	Remota
Processo K	R\$ 330.000	Provável
Processo M	R\$ 426.000	Possível

De acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor que deveria ser contabilizado pela empresa no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, era, em reais:

- a) 509.250.
- b) 179.250.
- c) 330.000.
- d) 1.345.500.
- e) 768.750.

67. Analisando algumas demonstrações contábeis de uma empresa, referentes ao ano de 2025, foram obtidas as seguintes informações, com valores expressos em reais:

Aumento do capital social.....	1.500.000
Distribuição de dividendos.....	375.000
Ajuste positivo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (líquido de tributos).....	225.000
Perdas na conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior.....	150.000
Ganho na alienação de ativos intangíveis.....	187.500
Lucro líquido do exercício.....	3.000.000

O valor total do resultado abrangente, apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente da empresa no ano de 2025, foi, em reais,

- a) 3.850.000
- b) 4.300.000
- c) 4.100.000
- d) 3.600.000
- e) 3.075.000

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

68. Uma determinada Secretaria de Saúde adquiriu medicamentos destinados à distribuição gratuita para a população carente. No encerramento do exercício, verificou-se que o custo de aquisição desses itens foi de R\$ 100.000, enquanto o custo de reposição atual (valor que a entidade pagaria para adquirir os mesmos itens na data do balanço) era de R\$ 95.000. De acordo com a NBC TSP 04, esses estoques devem ser mensurados no Balanço Patrimonial por:

- a) R\$ 100.000, pois no setor público o custo histórico é o critério absoluto para itens de distribuição gratuita.
- b) R\$ 97.500, correspondente à média aritmética entre o custo e o valor justo.

c) R\$ 95.000, pois estoques mantidos para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo valor mais baixo entre o custo e o custo de reposição atual.

d) R\$ 100.000, uma vez que a redução no custo de reposição só deve ser reconhecida no momento da entrega efetiva ao cidadão.

e) Valor justo, independentemente do custo, visto que se trata de um ativo não monetário destinado a fins sociais.

69. No que tange aos regimes contábeis aplicados ao setor público, considerando a Lei nº 4.320/1964 e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP), é correto afirmar que:

a) O regime orçamentário é integralmente de competência tanto para a receita quanto para a despesa.

b) Sob a ótica patrimonial, o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva (VPD) depende sempre da execução orçamentária prévia.

c) Para fins orçamentários, pertencem ao exercício as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas.

d) O regime patrimonial adota o critério de caixa para o reconhecimento das receitas de impostos, visando a prudência fiscal.

e) A despesa orçamentária é reconhecida pelo regime de caixa, seguindo o princípio da anualidade do orçamento.

70. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em classes de contas. Sobre a natureza da informação e a estrutura do PCASP, assinale a alternativa correta:

- a) As contas de natureza patrimonial compreendem as classes 1 (Ativo), 2 (Passivo) e 3 (Variações Patrimoniais Aumentativas).
- b) A classe 8 (Controles Devedores) registra os atos potenciais ativos e passivos, além dos consórcios públicos.
- c) O registro de uma previsão de receita orçamentária impacta exclusivamente contas das classes 1 e 2.
- d) As contas de Variações Patrimoniais Diminutivas pertencem à classe 4 e possuem natureza devedora.
- e) As classes 5 e 6 registram informações de natureza orçamentária, como o planejamento e a execução do orçamento.

71. Considere os seguintes dados extraídos da execução orçamentária de um ente público ao final do exercício de 2025:

- Previsão Atualizada da Receita: R\$ 500.000
- Receita Arrecadada: R\$ 480.000
- Dotação Atualizada da Despesa: R\$ 500.000
- Despesa Empenhada: R\$ 470.000
- Despesa Liquidada: R\$ 450.000
- Despesa Paga: R\$ 430.000

O Resultado Orçamentário do exercício, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, foi um:

- a) Déficit de R\$ 20.000.
- b) Superávit de R\$ 10.000.
- c) Superávit de R\$ 30.000.
- d) Superávit de R\$ 50.000.
- e) Déficit de R\$ 10.000.

72. O Município Audazes dos Pampas realizou as seguintes operações no exercício de 2024:

- 15/03/2024: Empenho de despesa com aquisição de equipamentos para laboratório no valor de R\$ 120.000.
- 20/04/2024: Liquidação da despesa acima.
- 10/05/2024: Pagamento integral da despesa.
- 30/06/2024: Recebimento e aceitação dos equipamentos.

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, qual transação afeta o resultado patrimonial do exercício de 2024?

- a) O empenho da despesa em 15/03/2024.
- b) A liquidação da despesa em 20/04/2024.
- c) O pagamento da despesa em 10/05/2024.
- d) O recebimento e aceitação dos equipamentos em 30/06/2024.
- e) Nenhuma das transações afeta o resultado patrimonial, pois todas são de natureza orçamentária.

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

- 73.** No contexto da auditoria de demonstrações contábeis, o ceticismo profissional constitui atitude essencial a ser mantida pelo auditor durante todo o trabalho. De acordo com a NBC TA 200(R1), essa postura envolve uma mente questionadora e atenção crítica às evidências obtidas, sendo necessária para reduzir riscos inerentes ao processo de formação da conclusão de auditoria. Conforme essa norma, é correto afirmar que o ceticismo profissional exige do auditor, entre outros aspectos,
- a) presumir que os documentos e as respostas obtidas da administração são confiáveis, salvo se houver prova conclusiva em sentido contrário, de modo a preservar a objetividade dos trabalhos.
 - b) manter-se alerta a evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas, bem como a informações que coloquem em dúvida a confiabilidade de documentos ou respostas utilizados como evidência.
 - c) adotar postura predominantemente desconfiada em relação à administração e aos responsáveis pela governança, tratando toda divergência informacional como indício suficiente de fraude.
 - d) restringir a aplicação de procedimentos adicionais às hipóteses expressamente previstas nas NBCs TA, vedada sua ampliação com fundamento em circunstâncias concretas identificadas no trabalho.
 - e) evitar reavaliar premissas inicialmente adotadas no planejamento da auditoria, a fim de impedir que fatos não usuais comprometam a consistência metodológica dos procedimentos aplicados.

- 74.** No que se refere à elaboração tempestiva da documentação de auditoria, conforme a NBC TA 230, assinale a alternativa correta.
- a) A documentação de auditoria pode ser elaborada apenas ao final dos trabalhos, desde que o auditor se recorde adequadamente dos procedimentos executados e das conclusões obtidas.
 - b) A elaboração tempestiva da documentação de auditoria é relevante apenas para fins de arquivo, não influenciando a qualidade da auditoria nem a revisão do trabalho executado.
 - c) A documentação de auditoria elaborada no momento da execução do trabalho tende a ser mais precisa e contribui para a revisão e avaliação eficazes da evidência de auditoria e das conclusões obtidas antes da finalização do relatório do auditor.
 - d) A elaboração posterior da documentação de auditoria é preferível, pois permite ao auditor registrar os fatos com maior distanciamento crítico e menor influência das circunstâncias do momento.
 - e) A tempestividade na elaboração da documentação de auditoria constitui recomendação de boa prática, mas não guarda relação com a suficiência e adequação da evidência de auditoria obtida.

- 75.** De acordo com a NBC TA 240 (R1), que trata da responsabilidade do auditor em relação à fraude no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta.
- a) A responsabilidade principal pela prevenção e detecção de fraude é do auditor independente, cabendo à administração e aos responsáveis pela governança apenas prestar informações e documentos quando solicitados.
 - b) O auditor é responsável por garantir que todas as fraudes e erros existentes nas demonstrações contábeis sejam detectados, desde que a auditoria tenha sido planejada de acordo com as normas de auditoria.
 - c) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e de sua administração, enquanto o auditor busca obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes causadas por fraude ou erro.
 - d) Quando a auditoria é realizada em conformidade com as normas de auditoria, elimina-se o risco de permanência de distorções relevantes não detectadas nas demonstrações contábeis.
 - e) Em razão das limitações inerentes da auditoria, o auditor não possui responsabilidade quanto à identificação de distorções relevantes decorrentes de fraude, mas apenas daquelas decorrentes de erro.
- 76.** Durante a execução de auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade, o auditor independente identificou algumas falhas no controle interno. Após avaliar os achados, concluiu que parte dessas falhas configurava deficiência significativa, enquanto outras, embora relevantes, não alcançavam essa gravidade. Considerando o disposto na NBC TA 265, assinale a alternativa correta.
- a) O auditor somente deve comunicar aos responsáveis pela governança as deficiências de controle interno que, individualmente, sejam classificadas como significativas, sendo vedada a avaliação conjunta de deficiências menos relevantes.
 - b) As deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria devem ser comunicadas tempestivamente e por escrito aos responsáveis pela governança, e também à administração em nível apropriado de responsabilidade, salvo se, nas circunstâncias, não for apropriado comunicá-las diretamente à administração.
 - c) As demais deficiências de controle interno, que não sejam significativas, jamais devem ser comunicadas à administração, pois não se relacionam com o objetivo da auditoria das demonstrações contábeis.
 - d) A determinação da existência de deficiência significativa depende exclusivamente da manifestação formal da administração, a quem compete classificar a gravidade das falhas de controle interno identificadas pelo auditor.
 - e) Uma vez identificada deficiência de controle interno, o auditor deve obrigatoriamente comunicá-la por escrito tanto à governança quanto à administração, independentemente de sua relevância ou da existência de comunicação prévia a outras partes.

77. No que se refere à suficiência e à adequação da evidência de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A suficiência da evidência de auditoria está relacionada à sua qualidade, enquanto a adequação se refere à quantidade de evidências obtidas pelo auditor.
- b) Quanto maior for o risco de distorção relevante avaliado pelo auditor, menor tende a ser a quantidade de evidência de auditoria necessária, desde que a evidência seja considerada adequada.
- c) A obtenção de grande volume de evidências de auditoria é suficiente para suprir eventual deficiência de qualidade dessas evidências.
- d) A suficiência e a adequação da evidência de auditoria são conceitos independentes, razão pela qual a quantidade de evidência necessária não sofre influência da qualidade da evidência obtida.
- e) A suficiência e a adequação da evidência de auditoria são conceitos inter-relacionados; a suficiência diz respeito à quantidade da evidência, sendo influenciada, entre outros fatores, pelo risco de distorção relevante e pela qualidade da evidência obtida.

78. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade, o auditor independente acompanhou a contagem física dos estoques realizada pela administração. No curso desse procedimento, o auditor inspecionou os itens estocados para verificar sua existência e suas condições, observou se as instruções da administração estavam sendo cumpridas e executou testes de contagem, além de buscar evidência quanto à confiabilidade dos procedimentos adotados pela entidade na contagem. Conforme a NBC TA 501, é correto afirmar que o acompanhamento da contagem física dos estoques pelo auditor

- a) constitui exclusivamente procedimento substantivo, já que sua finalidade é apenas confirmar a existência física dos estoques ao final do exercício.
- b) tem por finalidade apenas observar o processo de contagem conduzido pela administração, não abrangendo a inspeção dos estoques nem a realização de testes de contagem pelo auditor.
- c) pode envolver inspeção do estoque, observação do cumprimento das instruções da administração e obtenção de evidência sobre a confiabilidade dos procedimentos de contagem, podendo tais procedimentos servir como teste de controle ou como procedimento substantivo, a depender da avaliação de riscos e da abordagem planejada pelo auditor.
- d) é dispensável quando a entidade realiza contagem física de estoques ao menos uma vez por ano, pois a responsabilidade pela confiabilidade do inventário pertence integralmente à administração.
- e) tem como objetivo principal avaliar o sistema de controle interno da entidade, não sendo apropriado para obtenção de evidência de auditoria acerca da existência e condição dos estoques.

79. No contexto dos procedimentos de confirmação externa para obtenção de evidência de auditoria, considere as disposições da NBC TA 505 em conjunto com as generalizações da NBC TA 500 acerca da confiabilidade da evidência de auditoria. Assinale a alternativa correta.

- a) A evidência obtida por meio de informação verbal fornecida pela administração da entidade auditada é, em regra, mais confiável do que aquela obtida em documento eletrônico encaminhado por fonte externa independente, por refletir conhecimento direto dos fatos internos da entidade.
- b) A evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor tende a ser menos confiável do que aquela obtida por inferência, pois o julgamento profissional do auditor pode comprometer sua objetividade.
- c) A evidência de auditoria produzida internamente pela entidade sempre terá o mesmo grau de confiabilidade da evidência obtida de fonte externa, desde que ambas tratem do mesmo fato contábil.
- d) A evidência de auditoria tende a ser mais confiável quando obtida de fontes externas independentes da entidade, quando obtida diretamente pelo auditor e quando formalizada documentalmente, inclusive em meio eletrônico.
- e) A forma documental da evidência de auditoria não interfere em sua confiabilidade, pois o que realmente importa, segundo a NBC TA 500, é apenas a quantidade de evidências reunidas pelo auditor.

80. Durante a execução dos testes de auditoria sobre controles internos e procedimentos substantivos, o auditor independente avaliou a possibilidade de utilizar amostragem estatística ou não estatística para selecionar itens de uma população. Ao planejar a amostra, considerou também o risco de amostragem que estaria disposto a aceitar e o impacto desse fator sobre o tamanho da amostra a ser selecionada.

Conforme as disposições da NBC TA 530 (Amostragem em Auditoria), assinale a alternativa correta.

- a) A utilização de amostragem estatística é obrigatória quando o tamanho da população for elevado, sendo vedado ao auditor utilizar julgamento profissional para determinar o tamanho da amostra.
- b) O tamanho da amostra constitui o principal critério para distinguir entre amostragem estatística e não estatística, sendo a amostragem estatística caracterizada por amostras maiores.
- c) Quanto menor for o risco de amostragem que o auditor estiver disposto a aceitar, menor deverá ser o tamanho da amostra selecionada, pois isso reduz a probabilidade de erro nas conclusões.
- d) A decisão entre utilizar amostragem estatística ou não estatística depende do julgamento do auditor, sendo que o tamanho da amostra pode ser determinado tanto por fórmulas estatísticas quanto por julgamento profissional.
- e) A amostragem não estatística impede a avaliação do risco de amostragem, razão pela qual somente a amostragem estatística permite a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fábio Dutra*

81. Carlos adquiriu a totalidade do estabelecimento comercial da empresa Alfa Distribuidora Ltda. em março de 2025, passando a explorar a mesma atividade de distribuição de alimentos, com os mesmos fornecedores e a mesma carteira de clientes. Após a alienação, a empresa Alfa Distribuidora Ltda. encerrou definitivamente suas atividades e promoveu sua baixa nos órgãos competentes em abril de 2025. A Fazenda Estadual pretende cobrar de Carlos débitos de ICMS da Alfa Distribuidora Ltda., cujos fatos geradores são anteriores à alienação. Nos termos do art. 133 do CTN, Carlos:

- a) não responde pelos débitos de ICMS, pois a empresa alienante foi regularmente baixada, extinguindo-se a responsabilidade tributária com o encerramento da pessoa jurídica.
- b) responde subsidiariamente com a Alfa Distribuidora Ltda. pelos débitos de ICMS, pois a responsabilidade do adquirente é sempre subsidiária em relação ao alienante.
- c) responde integralmente pelos débitos de ICMS, pois a alienante cessou suas atividades após a alienação do estabelecimento.
- d) não responde pelos débitos de ICMS, pois a responsabilidade tributária por sucessão empresarial somente é aplicável a casos de fusão, cisão e incorporação.
- e) responde apenas pelos débitos de ICMS cujos fatos geradores ocorreram nos doze meses anteriores à data da alienação, ficando os demais excluídos da responsabilidade por sucessão.

82. A empresa Ômega Serviços Ltda., fundada em 2020 e optante pelo Simples Nacional, auferiu receita bruta de R\$ 5.400.000,00 no ano-calendário de 2024, superando o limite máximo de R\$ 4.800.000,00 em 12,5%. Sobre os efeitos dessa

situação, nos termos da Lei Complementar 123/2006, assinale a alternativa correta:

- a) Por ter ultrapassado o limite máximo em percentual superior a 10%, a exclusão do Simples Nacional produzirá efeitos a partir do mês seguinte ao da ocorrência do excesso.
- b) Os efeitos da exclusão somente se darão no ano-calendário subsequente, uma vez que o excesso verificado foi inferior a 20% do limite estabelecido na LC 123/2006.
- c) Por não ter ultrapassado o limite máximo em percentual superior a 30%, a exclusão do Simples Nacional produzirá efeitos a partir do ano seguinte ao da ocorrência do excesso.
- d) A exclusão retroagirá ao mês de janeiro de 2024, pois a superação do limite máximo implica nulidade das apurações realizadas no ano-calendário em que ocorreu o excesso.
- e) A exclusão produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, independentemente do percentual de excesso verificado, pois a exclusão no curso do ano somente se aplica às empresas em início de atividade.

83. Sobre a competência tributária e sua relação com a capacidade tributária ativa, nos termos do Código Tributário Nacional, analise os itens a seguir:

- I. A competência tributária é indelegável, sendo vedado a qualquer ente federativo transferi-la a outro, mesmo que por lei.
- II. As funções de arrecadar ou fiscalizar tributos podem ser atribuídas a outra pessoa jurídica de direito público, sem que tal atribuição configure delegação de competência tributária.
- III. O não exercício da competência tributária por determinado ente implica sua transferência automática ao ente que vier a exercê-la de fato.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

- 84.** Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário previstos no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:
- a) A totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo responde pelo pagamento do crédito tributário, exceto os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
 - b) A cobrança judicial do crédito tributário não está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento, ressalvadas as preferências estabelecidas no CTN.
 - c) O crédito tributário prefere a qualquer outro, independentemente da natureza ou do tempo de constituição deste, ressalvados os créditos trabalhistas e decorrentes de acidente de trabalho.
 - d) Na falência, o crédito tributário prefere ao crédito com garantia real, independentemente do valor do bem objeto da garantia, pois o privilégio fiscal é absoluto no processo falimentar.
 - e) A penhora em garantia do juízo da execução fiscal equipara-se à hipótese de crédito em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, para fins de expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- 85.** De acordo com o Código Tributário Nacional, sobre as certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativa, assinale a alternativa correta:
- a) A certidão negativa será expedida pela autoridade competente, a requerimento do interessado, no prazo máximo de trinta dias, contados da data do requerimento.
 - b) A certidão positiva com efeitos de negativa somente pode ser expedida quando o crédito tributário tiver sua exigibilidade suspensa por moratória ou parcelamento, sendo inadmissível nas demais hipóteses de suspensão.
 - c) O funcionário público que expedir certidão negativa com dolo ou simulação responde, pessoalmente, pelos créditos tributários e juros, além de ficar sujeito às penalidades previstas em lei.
 - d) A certidão positiva com efeitos de negativa pode ser expedida quando houver crédito tributário vencido e não pago, desde que o contribuinte comprove que ingressou com ação judicial para discutir o débito.
 - e) A lei não pode exigir a prova de quitação de determinado tributo como condição para a prática de atos comerciais ou profissionais, pois tal exigência viola o princípio da livre iniciativa.
- 86.** Em 20 de setembro de 2025, foi publicada lei ordinária federal majorando as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI incidentes sobre determinados produtos supérfluos. Considerando os princípios da anterioridade do exercício financeiro e nonagesimal, assinale a alternativa que indica corretamente a partir de quando a majoração poderá ser exigida:
- a) A partir de 1º de janeiro de 2026, em razão da aplicação cumulativa do princípio da anterioridade anual e do princípio nonagesimal, sendo exigível somente quando ambos os prazos forem simultaneamente cumpridos.
 - b) Imediatamente após a publicação da lei, pois o IPI está dispensado de ambos os princípios da anterioridade.
 - c) A partir de 1º de janeiro de 2026, exclusivamente por força do princípio da anterioridade anual, sem necessidade de aguardar o prazo nonagesimal.
 - d) A partir de 19 de dezembro de 2025, exclusivamente por força do prazo nonagesimal de noventa dias, uma vez que o IPI está dispensado da anterioridade anual.
 - e) A partir de 1º de janeiro de 2027, pois a majoração de alíquota do IPI equivale à instituição de novo tributo, exigindo a observância de ambas as anterioridades por dois exercícios financeiros.

87. Sobre o domicílio tributário das pessoas naturais e das pessoas jurídicas de direito público e privado, nos termos do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas naturais podem eleger livremente qualquer domicílio tributário, sendo vedada à autoridade administrativa recusar o domicílio eleito em qualquer hipótese.
- b) Na ausência de eleição de domicílio pela pessoa jurídica de direito privado com múltiplos estabelecimentos, considera-se domicílio tributário o primeiro estabelecimento registrado pela empresa.
- c) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço, sendo desnecessária qualquer outra formalidade.
- d) Quanto às pessoas jurídicas de direito público, cada repartição do ente federativo é considerada domicílio tributário autônomo, independentemente de onde se deu o fato gerador.
- e) A recusa do domicílio eleito pelo sujeito passivo pode ser realizada pela autoridade administrativa sempre que entender necessário, desde que devidamente justificada.

88. Considerando o Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade tributária de terceiros, analise as afirmativas:

- I. O simples inadimplemento da obrigação tributária pela pessoa jurídica não é suficiente para responsabilizar pessoalmente o sócio-gerente pelos débitos da sociedade.
- II. A dissolução irregular da sociedade autoriza o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente que exercia a administração ao tempo da dissolução.
- III. O sócio cotista que não exerceu poderes de gestão pode ser responsabilizado pelos débitos tributários

da sociedade se houver comprovação de que se beneficiou das receitas obtidas com a sonegação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- e) I, apenas.

89. Sobre as modalidades de lançamento tributário previstas no Código Tributário Nacional, analise os itens a seguir:

- I. No lançamento por declaração, a retificação da declaração pelo próprio declarante, com vistas a reduzir ou excluir o tributo, é admissível a qualquer tempo, mediante simples requerimento administrativo.
- II. No lançamento por homologação, o pagamento antecipado realizado pelo sujeito passivo extingue o crédito tributário sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
- III. Na ausência de prazo fixado em lei para a homologação, o CTN estabelece que o silêncio da autoridade administrativa pelo prazo de cinco anos, contado da ocorrência do fato gerador, importa homologação tácita e extinção definitiva do crédito.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) II e III, apenas.

90. Sobre a imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, e sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal, analise os itens a seguir:

- I. A imunidade recíproca alcança os impostos, não se aplicando às taxas nem às contribuições de melhoria.
- II. Empresa pública que explore atividade econômica em regime de concorrência com a iniciativa privada, com intuito lucrativo, não faz jus à imunidade recíproca.
- III. Imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a entidade privada para uso próprio desta permanece imune ao IPTU.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

91. Nos termos da Lei n.º 18.665/2023, que rege o ICMS no Estado do Ceará, assinale a alternativa correta a respeito da incidência e da apuração da base de cálculo do imposto nas operações de importação do exterior:

- a) A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre a importação de derivados de petróleo e os valores referentes a direitos antidumping são encargos federais que não compõem a base de cálculo do ICMS estadual.
- b) Os gastos relativos à carga, descarga e manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, desde que ocorridos em território nacional após o momento do desembarço aduaneiro, devem ser somados à base de cálculo do imposto.
- c) O fato gerador do ICMS na importação considera-se ocorrido no momento da entrada física da mercadoria no estabelecimento do importador.
- d) Integram a base de cálculo do ICMS incidente na importação as parcelas correspondentes ao PIS/PASEP e à COFINS, bem como os valores referentes a diferenças complementares de peso, classificação fiscal e valor aduaneiro.
- e) O valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) apenas integrarão a base de cálculo do ICMS se a mercadoria importada for destinada à industrialização pelo adquirente cearense.

92. A Indústria de Calçados Passos Firmes Ltda., localizada no Ceará, atua fortemente no mercado internacional. Ao final do semestre, a empresa acumulou um expressivo saldo credor de ICMS decorrente de suas exportações. O contador da indústria, Sr. Roberto, planeja utilizar esse saldo transferindo-o para a filial da empresa e também para um fornecedor terceirizado, ambos localizados no Estado do Ceará. Além disso, ao calcular a proporção das exportações sobre o total de saídas, Roberto orientou sua equipe a incluir no total de saídas gerais as remessas de máquinas do ativo imobilizado enviadas para conserto (operação não tributada) e os calçados devolvidos por clientes. Com base no Decreto n.º 33.327/2019, a conduta do contador está:

- a) totalmente correta, pois a legislação estadual permite a livre transferência de créditos de exportação para qualquer contribuinte e determina a inclusão de todas as saídas físicas no cálculo da proporção.
- b) totalmente incorreta, uma vez que o saldo credor de exportação só pode ser utilizado para abatimento do próprio imposto a recolher, sendo proibida a transferência para qualquer outro estabelecimento ou filial.
- c) parcialmente correta. Embora a intenção de transferir o saldo para a filial e para terceiros dentro do Estado seja autorizada legalmente (esta última condicionada à manifestação do Fisco), ele errou no cálculo da proporção, pois as devoluções de mercadorias e as saídas não tributadas de bens do ativo imobilizado devem ser excluídas do total de saídas.
- d) parcialmente correta, pois o cálculo da proporção foi feito corretamente ao incluir todas as saídas, entretanto, a transferência de saldo credor para outro contribuinte é expressamente vedada pela legislação estadual.
- e) parcialmente correta, pois a transferência de crédito de exportação para terceiros dispensa manifestação do Fisco em qualquer situação, mas

ele acertou ao incluir as devoluções no cálculo geral de saídas.

93. Com base na Lei n.º 12.023/1992, que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará, analise as afirmativas abaixo a respeito das alíquotas aplicáveis aos veículos automotores:

- I. A alíquota do imposto exigida para as aeronaves e para os automóveis com potência de até 100cv é a mesma, fixada pela legislação estadual no patamar de 2,5%.
- II. As embarcações sujeitam-se a uma alíquota reduzida de 2,5%, equiparando-se ao tratamento tributário dispensado às aeronaves pelo legislador cearense.
- III. Os utilitários e as caminhonetes cuja potência seja de até 100cv submetem-se à mesma alíquota exigida para os automóveis dessa mesma faixa de potência, correspondendo a 2,5%.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Rafael Rocha (Caverna)*

- 94.** Com base na lei estadual nº 15.812/2015, assinale a situação em que o imposto será devido ao CE.
- a) João, residente no CE, doa a sua propriedade de um imóvel localizado em SE a seu irmão, residente no ES.
 - b) João, residente em SC, doa o usufruto de cotas de capital social de uma empresa que é sócio, com sede no ES, a seu irmão, residente no CE.
 - c) João, residente no CE, doa um veículo, licenciado no ES, a seu irmão, residente em PE.
 - d) João, residente em PE, doa R\$ 100.000,00 de uma conta bancária sua a seu irmão, residente no CE.
 - e) João, residente no CE, doa o usufruto relativo a um apartamento, localizado no MT, a seu irmão, residente em PE.
- 95.** Com base na lei estadual nº 15.812/2015, qual das alternativas abaixo descreve corretamente a base de cálculo do ITCD ?
- a) Na hipótese de instituição de usufruto, metade do valor do bem.
 - b) Na doação da sua propriedade, 1/3 do valor do bem.
 - c) Para ações negociadas em bolsa, a base de cálculo é a cotação de fechamento da Bolsa de Valores na data da transmissão, regredindo até 180 dias, se necessário.
 - d) O valor venal do bem ou do direito transmitido será apurado na data da declaração ou da avaliação pelo Fisco Estadual.
 - e) Para uma sociedade cujas participações não sejam negociadas em Bolsa, com capital integralizado há menos de cinco anos em bens imóveis, a base de cálculo é o valor patrimonial das referidas participações.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Júlio Cardozo*

- 96.** A Cia. Iracema realizou as seguintes transações durante o ano de 2026:
- Recebimento de R\$ 180.000,00 de clientes.
 - Pagamento de R\$ 260.000,00 a fornecedores de mercadorias para revenda.
 - Pagamento de R\$ 90.000,00 de salários de funcionários.
 - Recebimento de R\$ 420.000,00 pela venda de um veículo utilizado nas operações da empresa.
 - Pagamento de R\$ 600.000,00 pela aquisição de participação societária em outra empresa, classificada como coligada.
 - Pagamento de R\$ 300.000,00 referente à amortização do principal de empréstimo bancário.
 - Recebimento de R\$ 200.000,00 pela emissão de novas ações.
 - Recebimento de R\$ 80.000,00 pela venda de ações em tesouraria.
- Com base no CPC 03, na Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2026, o Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e o Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento foram, respectivamente:
- a) R\$ 180.000,00 consumidos e R\$ 20.000,00 consumidos.
 - b) R\$ 180.000,00 consumidos e R\$ 20.000,00 gerados.
 - c) R\$ 220.000,00 consumidos e R\$ 20.000,00 consumidos.
 - d) R\$ 420.000,00 gerados e R\$ 300.000,00 consumidos.
 - e) R\$ 600.000,00 consumidos e R\$ 280.000,00 gerados

97. A Cia. Juazeiro do Norte apresentou, em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2025, um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 600.000,00, composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 780.000,00.
- Perda por desvalorização já reconhecida: R\$ 180.000,00.

Em 31/12/2026, a empresa realizou o teste de recuperabilidade desse ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 850.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 720.000,00.

Sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, a Cia. Juazeiro do Norte:

- reconheceu, no resultado de 2026, um ganho de R\$ 70.000,00.
- manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 600.000,00.
- reconheceu, no resultado de 2026, um ganho de R\$ 250.000,00.
- reconheceu, no resultado de 2026, uma perda por desvalorização de R\$ 120.000,00.
- reconheceu, no resultado de 2026, um ganho de R\$ 180.000,00.

98. No dia 01/12/2026, a empresa Crato S.A. realizou as seguintes vendas de mercadorias:

- Vendas à vista: R\$ 400.000,00
- Vendas a prazo: R\$ 550.000,00

As vendas a prazo serão recebidas integralmente em 01/12/2028, e a empresa praticava, na data da venda, a taxa de juros de 0,398% ao mês, equivalente a 4,88% ao ano e a 10% para o período de dois anos.

A empresa Crato S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2026, exclusivamente em

relação às vendas efetuadas em 01/12/2026, Receita de Vendas no valor de:

- R\$ 950.000,00, apenas.
- R\$ 900.000,00, apenas.
- R\$ 894.000,00 e Receita Financeira de R\$ 1.990,00.
- R\$ 900.000,00 e Receita Financeira de R\$ 1.990,00.
- R\$ 950.000,00 e Receita Financeira de R\$ 3.781,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Silvio Sande

99. A empresa S2 produz um único produto e para produzir integralmente 10.000 unidades deste produto incorreu nos seguintes gastos durante o mês de dezembro de 2024:

Custos fixos: R\$ 60.000,00/mês

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 20,00/unidade

Mão de obra direta: R\$ 10,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 36.000,00/mês

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões sobre venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a venda: 10% da receita de vendas

Quantidade vendida: 8.000 unidades

Sabendo que a empresa S2 utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi

- R\$ 13,00.
- R\$ 30,00.
- R\$ 34,00.
- R\$ 36,00.
- R\$ 40,00.

100. Uma loja produz e vende relógios. Em janeiro de X1, a empresa produziu 6.000 unidades de cintos, a um custo total de R\$160.000. O preço de venda de cada relógio é R\$50,00, e o custo unitário variável é de R\$10,00. Assinale a alternativa que indique o Ponto de Equilíbrio Contábil em Vendas em Reais.

- a) R\$ 80.000
- b) R\$. 90.000
- c) R\$ 100.000
- d) R\$120.000
- e) R\$125.000

ARQUITETURA DE COMPUTADORES

Evandro Vecchia

101. No Windows Server, o Active Directory (AD) utiliza uma estrutura lógica para organizar e gerenciar os recursos de uma rede. Quando um administrador deseja aplicar configurações de segurança e restrições de interface de forma diferenciada para o departamento "RH" e para o departamento "Financeiro", dentro de um mesmo domínio, o contêiner estrutural correto para vincular essas Diretivas de Grupo (GPOs) é a:

- a) Floresta (Forest).
- b) Unidade Organizacional (OU).
- c) Árvore de Domínios (Domain Tree).
- d) Partição de Configuração.
- e) Sub-rede (Subnet).

102. Em sistemas Linux como o Red Hat Enterprise Linux (RHEL), o administrador precisa verificar as informações detalhadas de um pacote (descrição, versão e tamanho), esteja ele instalado ou apenas disponível no repositório. O comando correto utilizando o gerenciador padrão atual é:

- a) `dnf list installed <pacote>`
- b) `rpm -qa <pacote>`
- c) `dnf info <pacote>`
- d) `yum check <pacote>`
- e) `dnf search <pacote>`

DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Raphael Lacerda

103. A equipe de desenvolvimento de uma Secretaria da Fazenda está implantando um microsserviço em Kubernetes que precisa de: (1) a URL do banco de dados e o nome do schema de produção; (2) a senha do banco de dados e o token de integração com um sistema externo. Sobre a forma correta de armazenar essas informações no Kubernetes, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ambos os tipos de dados devem ser armazenados em ConfigMap, que oferece mecanismo de criptografia nativa para proteger dados sensíveis no etcd.
- b) Os dados sensíveis devem ser embutidos diretamente no Dockerfile como variáveis ARG, tornando-os disponíveis apenas durante o build da imagem.
- c) A URL e o nome do schema devem ser armazenados em ConfigMap; a senha e o token devem ser armazenados em Secret, que é o mecanismo adequado para dados sensíveis.
- d) Todos os dados devem ser definidos diretamente nas variáveis de ambiente do Deployment YAML em texto puro, pois o controle de acesso ao cluster já garante a segurança.
- e) Os dados sensíveis devem ser armazenados em Persistent Volume Claims (PVC), pois oferecem isolamento de armazenamento por Pod.

104. Um analista de sistemas de um tribunal cometeu um erro em um commit que já foi publicado (pushed) na branch `main`, compartilhada com toda a equipe. A política do órgão exige que o histórico da branch pública nunca seja reescrito, garantindo rastreabilidade completa para auditorias. Diante disso, o comando Git correto para desfazer as mudanças do commit problemático, respeitando essa política, é:

- a) `git reset --hard HEAD~1` seguido de `git push --force origin main`, removendo o commit do histórico remoto.
- b) `git reset --soft HEAD~1` para voltar ao estado anterior, seguido de `git push --force origin main`.
- c) `git rebase -i HEAD~2` para excluir interativamente o commit incorreto e reescrever o histórico.
- d) `git revert <hash-do-commit>` seguido de `git push origin main`, criando um novo commit que desfaz as mudanças sem alterar o histórico existente.
- e) `git cherry-pick <hash>` para copiar apenas os commits corretos para uma nova branch de correção.

105. Em uma Secretaria da Fazenda, a equipe de DevOps configurou o SonarQube integrado ao pipeline de CI/CD do Jenkins. Após uma análise do código enviado por um desenvolvedor, o SonarQube apontou: cobertura de testes em 45% (mínimo exigido: 80%), 3 vulnerabilidades de segurança críticas e 12 code smells de alto impacto. Sobre o comportamento esperado do pipeline e o papel do SonarQube nesse cenário, é CORRETO afirmar que:

- a) O SonarQube apenas reporta os problemas encontrados, sem capacidade de interferir no fluxo do pipeline de CI/CD.
- b) O Quality Gate configurado no SonarQube deve reprovar a análise, e o pipeline pode ser configurado para falhar automaticamente quando o Quality Gate não é atingido, impedindo o merge ou o deploy.

- c) O SonarQube executa automaticamente os testes unitários e gera a cobertura de código sem necessidade de configuração adicional no pipeline.
- d) Vulnerabilidades de segurança críticas são sempre corrigidas automaticamente pelo SonarQube antes de reportar ao desenvolvedor.
- e) O Quality Gate avalia apenas métricas de duplicação de código, sendo a cobertura de testes responsabilidade exclusiva do JaCoCo.

106. Uma Secretaria da Fazenda possui um sistema de consulta tributária acessado por três tipos de clientes: um portal web (Angular) com tela ampla que exibe relatórios completos, um aplicativo móvel (React Native) com tela reduzida que exibe apenas dados resumidos, e uma API de integração B2B que consome dados brutos em XML. Ao consultar o mesmo microserviço de notas fiscais, cada cliente recebe muito mais dados do que precisa, gerando overhead de rede e processamento. O padrão arquitetural que resolve esse problema criando adaptadores específicos para cada tipo de cliente é:

- a) CQRS (Command Query Responsibility Segregation), separando operações de leitura e escrita em modelos distintos para cada cliente.
- b) API Gateway genérico com roteamento baseado em headers HTTP para direcionar cada cliente ao microserviço correto.
- c) Circuit Breaker, que isola falhas entre os serviços e retorna respostas padronizadas para todos os clientes.
- d) Event Sourcing, armazenando eventos de consulta de cada cliente para reconstrução posterior do estado.
- e) BFF (Backend for Frontend), criando um backend dedicado para cada tipo de cliente (web-BFF, mobile-BFF, B2B-BFF) que agrega, filtra e formata os dados conforme as necessidades específicas de cada interface.

107. A equipe de QA de uma Secretaria da Fazenda precisa implementar testes E2E (End-to-End) automatizados para o portal de consulta tributária, garantindo que o fluxo completo de login, consulta de débitos e emissão de guia funcione corretamente em Chrome, Firefox e Safari. Sobre o Playwright como ferramenta de testes E2E, analise as afirmativas:

- I. Playwright suporta testes em múltiplos navegadores (Chromium, Firefox e WebKit) a partir de um único conjunto de testes.
- II. O Playwright utiliza modelo síncrono baseado em callbacks, similar ao Selenium WebDriver original.
- III. O comando `page.waitForSelector()` aguarda que um elemento esteja visível no DOM antes de interagir, eliminando a necessidade de `sleep()` hardcoded.
- IV. Playwright pode interceptar e simular respostas de rede (mock de APIs), permitindo testes isolados sem dependência de backends reais.

Estão CORRETAS apenas:

- a) I, III e IV
- b) Apenas I e II
- c) Apenas II e III
- d) I, II e IV
- e) Apenas III e IV

108. Durante uma auditoria de segurança no portal web da Secretaria da Fazenda, a equipe identificou três vulnerabilidades distintas: (1) um script malicioso estava sendo injetado nos campos de formulário e executado no navegador de outros usuários; (2) requisições forjadas eram enviadas de outro site em nome de usuários autenticados; (3) o frontend em `https://portal.sefaz.ce.gov.br` não conseguia consumir a API em `https://api.sefaz.ce.gov.br` por restrição do navegador. Sobre os conceitos de segurança que endereçam cada um desses problemas, assinale a alternativa que os associa CORRETAMENTE:

- a) (1) CORS — (2) XSS — (3) CSRF

- b) (1) CSRF — (2) CORS — (3) XSS
- c) (1) XSS — (2) CSRF — (3) CORS
- d) (1) CORS — (2) CSRF — (3) XSS
- e) (1) XSS — (2) CORS — (3) CSRF

109. Uma equipe de desenvolvimento de uma Secretaria da Fazenda utiliza Liquibase para controlar a evolução do schema do banco de dados em um ambiente com múltiplos desenvolvedores e múltiplos ambientes (dev, homologação e produção). Sobre o funcionamento do Liquibase, analise as afirmativas:

- I. O Liquibase organiza as mudanças em arquivos de changelog, onde cada alteração é definida em um changeset com atributos `id` e `author`, garantindo identificação única.
- II. O controle de quais changesets já foram aplicados é feito na tabela `DATABASECHANGELOG`, criada automaticamente pelo Liquibase no banco de dados alvo.
- III. O Liquibase suporta changelogs apenas no formato XML, não sendo compatível com YAML, JSON ou SQL puro.
- IV. Diferentemente do Flyway Community, o Liquibase suporta rollback nativo de changesets através do elemento `<rollback>` definido no próprio changelog.

Estão CORRETAS apenas:

- a) Apenas I e III
- b) I, II e III
- c) Apenas II e IV
- d) I, II e IV
- e) Todas as afirmativas

110. A equipe de infraestrutura de uma Secretaria da Fazenda precisa implantar um sistema de arrecadação tributária no Kubernetes em três ambientes distintos: desenvolvimento (1 réplica, sem TLS, banco local), homologação (2 réplicas, TLS habilitado, banco externo) e produção (5 réplicas, TLS, autoscaling ativo, banco RDS). As configurações variam entre os ambientes, mas a estrutura dos manifests é a mesma. A ferramenta do ecossistema Kubernetes que permite empacotar os manifests como um Chart reutilizável e parametrizar as diferenças entre ambientes é:

- a) kubectl apply com arquivos YAML separados por ambiente em diretórios distintos, aplicados manualmente por operador.
- b) Helm, que empacota os manifests Kubernetes em Charts com templates parametrizáveis e permite sobrescrever valores por ambiente via `values.yaml` ou `--set`.
- c) Prometheus, que monitora os deployments e ajusta automaticamente o número de réplicas conforme a carga de cada ambiente.
- d) Ansible, que gerencia a instalação de dependências nos nós do cluster antes que os containers sejam iniciados.
- e) Tekton, que executa pipelines de CI/CD e implanta os manifests diretamente no cluster sem necessidade de parametrização.

111. Em uma Secretaria da Fazenda, um processo de emissão de guia de arrecadação envolve quatro microsserviços: (1) Serviço de Contribuinte, (2) Serviço de Cálculo Tributário, (3) Serviço de Débitos e (4) Serviço de Emissão de Guia. Cada serviço possui seu próprio banco de dados, tornando inviável uma transação distribuída com 2PC (Two-Phase Commit). A equipe optou por implementar o padrão Saga na modalidade **Coreografada** (Choreography-based Saga). Sobre essa implementação, é CORRETO afirmar:

- a) Um serviço central (Orchestrator) controla a sequência de chamadas entre os microsserviços,

determinando qual serviço deve ser acionado a seguir em caso de sucesso ou falha.

- b) O padrão Saga garante isolamento de transações (propriedade I do ACID) entre os microsserviços, pois cada compensação ocorre atômicamente.
- c) Na Saga Coreografada, a consistência final é atingida por meio de transações XA distribuídas coordenadas pelo broker de mensagens.
- d) O padrão Saga Orquestrada utiliza um broker de eventos para comunicação assíncrona, enquanto a Saga Coreografada depende de chamadas síncronas REST entre serviços.
- e) Na Saga Coreografada, cada microsserviço publica eventos ao concluir sua etapa e reage a eventos publicados por outros serviços, sem um coordenador central; em caso de falha, transações compensatórias são acionadas para reverter as etapas já concluídas.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

André Castro

112. Uma organização adota classificação da informação, controle de acesso baseado em perfis, criptografia de dados sensíveis em repouso, trilhas de auditoria e cópias de segurança testadas periodicamente. Considerando os fundamentos de segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- a) A criptografia em repouso garante, sozinha, a disponibilidade dos dados em caso de falha de storage.
- b) As trilhas de auditoria contribuem para responsabilização e rastreabilidade das ações realizadas.
- c) O controle de acesso baseado em perfis elimina a necessidade de autenticação dos usuários.
- d) A classificação da informação tem como finalidade exclusiva aumentar a velocidade de transmissão dos dados.
- e) As cópias de segurança substituem os controles de confidencialidade.

113. Uma empresa deseja reduzir riscos de movimentação lateral após comprometimento de credenciais. Para isso, implementa microssegmentação, autenticação adaptativa, verificação contínua da postura do dispositivo, políticas dinâmicas de acesso e concessão mínima de privilégios. Essa estratégia está mais alinhada a:

- a) confiança implícita no usuário interno, desde que conectado à rede corporativa.
- b) Zero Trust, pois o acesso deve ser continuamente avaliado com base em identidade, contexto e risco.
- c) NAT, pois a tradução de endereços impede qualquer tentativa de acesso indevido entre segmentos.
- d) assinatura digital, pois ela substitui políticas de autorização em ambientes corporativos.
- e) backup incremental, pois ele evita a exploração de credenciais válidas.

114. Considerando normas e frameworks de segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- a) A ISO/IEC 27002:2022 organiza controles de segurança da informação e apresenta orientações de implementação, incluindo atributos e temas de controle.
- b) A ISO/IEC 27005:2023 estabelece requisitos certificáveis para sistema de gestão de continuidade de negócios.
- c) A ISO/IEC 27035-1:2023 trata exclusivamente de criptografia de chaves públicas e certificados digitais.
- d) A ISO 22301:2020 tem como foco principal o desenvolvimento seguro de aplicações web.
- e) O NIST CSF 2.0 retirou as funções Detectar, Responder e Recuperar de sua estrutura.

115. Em um processo de gestão de incidentes, a organização mantém canal de reporte, classifica eventos, avalia se há incidente, aciona responsáveis, registra evidências, executa resposta e consolida lições aprendidas. Considerando a ISO/IEC 27035-1:2023, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão de incidentes deve se restringir à remoção de malware, sem necessidade de preparação prévia.
- b) Eventos de segurança e incidentes são sempre conceitos equivalentes.
- c) O processo envolve preparação, detecção, reporte, avaliação, resposta e aprendizado.
- d) A etapa de lições aprendidas deve ocorrer antes da identificação do incidente.
- e) A norma elimina a necessidade de definição de papéis e responsabilidades.

116. No planejamento de continuidade de negócios, uma organização identifica processos críticos, define impactos aceitáveis, estabelece prioridades de recuperação, elabora planos e realiza testes periódicos. Assinale a alternativa correta.

- a) A análise de impacto no negócio auxilia na definição de prioridades, tempos de recuperação e recursos mínimos necessários.
- b) O RTO indica o volume máximo de dados que pode ser perdido.
- c) O RPO indica o tempo máximo aceitável para restabelecimento do serviço.
- d) Testes de continuidade são dispensáveis quando há contrato com provedor de nuvem.
- e) O plano de continuidade substitui o plano de resposta a incidentes de segurança.

REDE DE COMPUTADORES*André Castro*

117. Uma organização utiliza SSO para acesso a múltiplas aplicações, MFA para operações sensíveis, RBAC para concessão de permissões, PAM para contas administrativas e OAuth 2.0 para autorização delegada de acesso a APIs. Assinale a alternativa correta.

- a) SSO impede o uso de MFA, pois ambos são mecanismos incompatíveis.
- b) RBAC define permissões por papéis, mas não autentica a identidade do usuário.
- c) OAuth 2.0 deve ser usado exclusivamente para criptografar senhas em banco de dados.
- d) PAM é voltado apenas para usuários comuns, sem relação com contas privilegiadas.
- e) MFA elimina a necessidade de segregação de funções.

118. Sobre certificação digital, PKI, X.509, revogação e carimbo do tempo, assinale a alternativa correta.

- a) A chave privada do titular deve ser distribuída aos validadores para permitir a conferência da assinatura.
- b) A revogação de certificado pode ser verificada por mecanismos como CRL ou OCSP.
- c) O certificado X.509 armazena somente o hash do documento assinado, sem informações sobre o titular.
- d) O carimbo do tempo serve para ocultar o conteúdo do documento assinado.
- e) A cadeia de certificação é irrelevante quando o certificado ainda está dentro do prazo de validade.

119. Um portal público adota TLS com certificado válido, algoritmos modernos, troca de chaves com sigilo direto e redirecionamento forçado para HTTPS. Sobre comunicações seguras, assinale a alternativa correta.

- a) O TLS protege a camada de transporte/aplicação contra interceptação e alteração em trânsito, mas não corrige vulnerabilidades da aplicação.
- b) HTTPS impede qualquer indisponibilidade causada por DDoS.
- c) O certificado digital do servidor é usado apenas para compactação de dados.
- d) O sigilo direto depende da publicação da chave privada do servidor.
- e) O uso de TLS torna desnecessária a validação de certificados pelo cliente.

120. Uma arquitetura de segurança utiliza NGFW, IDS, IPS, WAF, DLP, EDR, NDR, SIEM e SOAR. Assinale a alternativa correta.

- a) O SIEM substitui o WAF, pois ambos filtram requisições HTTP em tempo real.
- b) O DLP tem como foco apoiar a prevenção de vazamento ou uso indevido de dados sensíveis.
- c) O EDR atua exclusivamente na proteção de tráfego entre roteadores de borda.
- d) O IDS bloqueia obrigatoriamente todo pacote suspeito antes que ele alcance o destino.
- e) O SOAR é usado apenas para armazenamento de objetos em nuvem.

121. Em uma aplicação web, verificou-se que parâmetros enviados pelo usuário eram concatenados diretamente em consultas SQL, permitindo manipulação da consulta e extração indevida de registros. Considerando riscos comuns de aplicações, a falha está mais relacionada a:

- a) injeção.
- b) indisponibilidade elétrica.
- c) replicação síncrona.
- d) compressão de arquivos.
- e) balanceamento de carga geográfico.

122. Uma organização adota máquinas virtuais configuradas por sua equipe, plataforma gerenciada para execução de aplicações sem administração direta do sistema operacional, serviço de correio eletrônico pronto para uso e função serverless acionada por evento. Considerando modelos de nuvem, assinale a alternativa correta.

- a) Máquinas virtuais são exemplo típico de IaaS; plataforma gerenciada aproxima-se de PaaS; correio eletrônico pronto é SaaS; função serverless reduz a gestão de infraestrutura pelo cliente.
- b) IaaS elimina qualquer responsabilidade do cliente sobre sistema operacional e aplicações.
- c) SaaS exige que o cliente administre o hypervisor e o storage físico.
- d) Serverless significa ausência total de servidores no provedor.
- e) PaaS é usado apenas para backup em fita.

123. Em uma nuvem híbrida, a organização cria VPC/VNet com sub-redes segregadas, tabelas de rotas, grupos de segurança, private endpoints, IAM, KMS e conexão privada com o datacenter. Assinale a alternativa correta.

- a) Grupos de segurança e NACLs substituem integralmente políticas de identidade.
- b) Private endpoints reduzem exposição a redes públicas para determinados serviços.
- c) KMS é usado exclusivamente para distribuição de tráfego entre zonas de disponibilidade.
- d) Tabelas de rotas são mecanismos de autenticação multifator.
- e) Conexões privadas eliminam a necessidade de criptografia e monitoramento.

124. Sobre armazenamento e proteção de dados, assinale a alternativa correta.

- a) Snapshot é sempre equivalente a backup externo, imutável e isolado.
- b) Armazenamento em objeto é adequado para dados não estruturados e acessados por API, como imagens, logs e arquivos.
- c) RAID substitui cópias de segurança, pois protege contra exclusão lógica e ransomware.
- d) Armazenamento em bloco é acessado exclusivamente por navegador web.
- e) WORM permite alteração livre de dados já gravados antes do período de retenção.

125. Uma equipe DevSecOps deseja inserir segurança no ciclo de entrega. Para isso, utiliza SAST, DAST, SCA, verificação de IaC, geração de SBOM, coleta de métricas, centralização de logs, traces distribuídos e painéis de observabilidade. Assinale a alternativa correta.

- a) SAST analisa o código ou artefatos relacionados sem exigir, necessariamente, a aplicação em execução.
- b) DAST é usado exclusivamente para inventariar licenças de bibliotecas de terceiros.
- c) SCA substitui todos os testes funcionais e de segurança da aplicação.
- d) SBOM elimina a necessidade de corrigir vulnerabilidades em dependências.
- e) Observabilidade dispensa logs, métricas e traces quando há pipeline automatizado.

ENGENHARIA DE SOFTWARE

Fernando Pedrosa

Acerca de **Devops**, julgue os itens subsequentes.

126. No contexto de DevOps, assinale a alternativa que apresenta a melhor descrição da integração entre desenvolvimento de software e operações de TI, considerando os objetivos de colaboração, automação e entrega contínua de valor ao negócio.

- a) DevOps corresponde exclusivamente ao uso de contêineres e orquestradores para modernizar aplicações legadas.
- b) DevOps é uma abordagem cultural e técnica que busca aproximar desenvolvimento e operações por meio de colaboração, automação, monitoramento e melhoria contínua do ciclo de entrega.
- c) DevOps é um modelo de gestão voltado apenas à administração de infraestrutura física em datacenters tradicionais.
- d) DevOps substitui totalmente práticas de segurança, pois prioriza velocidade em detrimento da confiabilidade.
- e) DevOps restringe a atuação da equipe de operações à fase final de implantação, sem participação nas etapas anteriores.

127. No movimento DevOps, o monitoramento contínuo e a observabilidade assumem papel estratégico. Assinale a alternativa que melhor reflete o uso desses elementos na operação de sistemas modernos.

- a) Servem apenas para registrar logs históricos, sem utilidade para análise de desempenho ou falhas em tempo real.
- b) Têm como função principal substituir o processo de testes automatizados dentro do pipeline de integração contínua.
- c) São aplicáveis somente após falhas graves, não trazendo valor para prevenção ou identificação antecipada de anomalias.
- d) São utilizados para detectar, compreender e responder a comportamentos do sistema, apoiando diagnóstico de incidentes e melhoria contínua da confiabilidade.
- e) Devem ficar restritos à equipe de operações, sem compartilhamento de informações com desenvolvedores ou equipes de negócio.

Acerca de **Gestão de Configuração**, julgue os itens subsequentes.

128. No âmbito da Gestão de Configuração e Mudanças (GCM), os Itens de Configuração (ICs) são componentes essenciais para manter a integridade do sistema. Quais elementos podem ser considerados itens de configuração?

- a) Apenas o código-fonte compilado e os arquivos binários finais.
 - b) Somente os requisitos de hardware do servidor onde o software será instalado.
 - c) Exclusivamente os registros de ponto e horários da equipe de desenvolvimento.
 - d) Apenas os manuais do usuário e documentos de ajuda externa.
 - e) Código-fonte, artefatos de design, documentação, binários e dados de teste.
-

129. O arquivo .gitignore desempenha um papel importante na organização de um repositório Git. Qual é o seu propósito fundamental no processo de controle de versão?

- a) Armazenar as senhas de acesso criptografadas aos repositórios remotos.
- b) Listar todos os arquivos que devem obrigatoriamente ser enviados para o servidor no próximo push.
- c) Informar ao Git quais arquivos ou diretórios não devem ser rastreados, como arquivos temporários e de log.
- d) Definir as permissões de leitura e escrita para cada colaborador do projeto.
- e) Substituir o histórico de commits para economizar espaço de armazenamento no diretório .git.

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

130. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO indica corretamente uma característica do Scrum Team de acordo com o Scrum 2020.

- a) Multifuncionalidade, o que significa que os membros possuem todas as habilidades necessárias para criar valor a cada Sprint.
- b) Auto-organização, o que significa escolher a melhor forma de realizar (How-To) as tarefas.
- c) Coesão de profissionais focados em um objetivo de cada vez, a Meta do Produto.
- d) Composto, normalmente, por 10 ou menos pessoas.
- e) Empoderado, pela organização, para gerenciar seu próprio trabalho.

131. No Extreme Programming (XP), a prática de "Refactoring" (Refatoração) deve ser realizada com qual objetivo principal?

- a) Adicionar novas funcionalidades ao sistema que não foram previstas no planejamento inicial.

b) Melhorar a estrutura interna do código para torná-lo mais simples e fácil de manter.

- c) Escrever os testes unitários antes da implementação da funcionalidade.
- d) Garantir que o cliente valide as histórias de usuário em tempo real.
- e) Integrar o código de diferentes desenvolvedores no repositório central várias vezes ao dia.

Acerca de **Padrões de Projeto**, julgue os itens subsequentes.

132. Qual padrão estrutural visa separar uma abstração de sua implementação para que ambas possam variar de maneira independente, evitando uma explosão de subclasses?

- a) Composite
- b) Flyweight
- c) Bridge
- d) Adapter
- e) Decorator

133. Uma das grandes vantagens de utilização do padrão MVC é o uso de um único modelo (representação de negócio) para várias visões de implementações diferentes (Web, Mobile, interfaces de texto, etc.). Ao atualizar o modelo, todas as visões devem ser notificadas para que possam ser atualizadas também. Qual padrão de projeto permite esse tipo de comportamento?

- a) Chain of Responsibility
- b) Strategy
- c) Flyweight
- d) Iterator
- e) Observer

Acerca de **Requisitos**, julgue os itens subsequentes.

134. Durante a fase de Estudo de Viabilidade na Engenharia de Requisitos, qual aspecto avalia especificamente se o sistema proposto está em conformidade com leis de privacidade de dados, como a LGPD, e outras regulamentações específicas do setor?

- a) Viabilidade Técnica
- b) Viabilidade Econômica
- c) Viabilidade de Tempo
- d) Viabilidade Operacional
- e) Viabilidade Legal

135. Requisitos não funcionais podem ser classificados em requisitos de produto, externos ou organizacionais. Assinale a alternativa que classifica corretamente os seguintes requisitos não funcionais, respectivamente: Processo de Desenvolvimento, Conformidade e Usabilidade.

- a) Produto, Externo, Organizacional
- b) Produto, Organizacional, Externo
- c) Externo, Organizacional, Produto
- d) Organizacional, Produto, Externo
- e) Organizacional, Externo, Produto

GOVERNANÇA DE TIC

Fernando Pedrosa

Acerca de **CMMI 2.0**, julgue os itens subsequentes.

136. No CMMI 2.0, a área de prática de Gestão de Configuração tem como intenção gerenciar a integridade dos produtos de trabalho usando identificação de configuração, controle de versão, controle de mudança e auditorias. Qual das práticas a seguir é requerida para o grupo de prática de nível 1 da área de prática de gestão de configuração?

- a) Realizar controle de versão.
- b) Identificar itens a serem colocados sob gestão de configuração.
- c) Desenvolver, manter atualizado e usar um sistema de configuração e gestão de mudanças.
- d) Gerenciar mudanças nos itens sob gestão de configuração.
- e) Realizar auditorias de configuração para manter a integridade das linhas de base (baselines) de configuração.

137. No CMMI 2.0, qual é a principal evolução que ocorre entre os níveis de maturidade 2 e 3?

- a) A organização passa a focar em melhorias contínuas e inovações
- b) A organização passa a definir objetivos quantitativos para seus processos
- c) A organização fornece padrões de orientação para diferentes projetos
- d) Os projetos passam a ser medidos e controlados
- e) O trabalho é concluído, mas muitas vezes atrasa e estoura o orçamento

Acerca de **COBIT 2019**, julgue os itens subsequentes.

138. COBIT 2019 foi desenvolvido com base em um conjunto de princípios para um Framework de Governança, que podem ser utilizados para construir um sistema de governança. Quais são os princípios do Framework de Governança do COBIT 2019?

- a) Baseado em um modelo conceitual, Abordagem Holística, Aberto e Flexível
- b) Distinguir governança de gerenciamento, Abordagem holística, Alinhado a grandes padrões
- c) Aberto e flexível, Prover valor às partes interessadas, Sistema de governança de Ponta a ponta
- d) Baseado em um modelo conceitual, Aberto e Flexível e Alinhado a Grandes Padrões
- e) Baseado em um modelo prático, Sistema de governança dinâmico e Alinhado a Grandes Padrões

139. Considerando a Cascata de Objetivos do COBIT 2019, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um dos elementos de priorização ou alinhamento desta ferramenta.

- a) Necessidades das partes interessadas
- b) Objetivos corporativos
- c) Objetivos de alinhamento
- d) Objetivos de governança e gerenciamento
- e) Objetivos de TI

Acerca de **PETI**, julgue os itens subsequentes.

140. No planejamento estratégico e na análise de negócio de tecnologia da informação, qual análise é referente ao processo de reunir e organizar dados sobre os requisitos de um produto e analisá-los em relação às alternativas disponíveis?

- a) Análise SWOT
- b) Análise da causa-raiz
- c) Análise de sensibilidade
- d) Análise de make or buy
- e) Análise de reservas

141. O Balanced Scorecard focado em TI (BSC-TI) adapta as perspectivas tradicionais para o contexto da governança de tecnologia. Qual perspectiva substitui ou complementa a visão de "Processos Internos" no modelo BSC-TI?

- a) Perspectiva de Lucratividade por Projeto.
- b) Perspectiva de Vendas de Ativos Tecnológicos.
- c) Perspectiva de Redução de Hardware.
- d) Perspectiva de Marketing Digital de TI.
- e) Perspectiva de Qualidade Operacional.

Acerca de **PMBOK 7**, julgue os itens subsequentes.

142. De acordo com o PMBOK 7, qual prática se refere a comparação de produtos, processos e práticas, reais ou planejadas, com os de organizações similares para identificar as práticas recomendadas?

- a) Benchmarking
- b) Caminho Crítico
- c) Crashing
- d) Elaboração progressiva
- e) Previsão (Forecast)

BANCO DE DADOS*Emannuelle Gouveia*

143. Em um banco de dados relacional de uma empresa, a tabela Clientes armazena os dados cadastrais dos clientes, enquanto a tabela Pedidos registra as compras realizadas. Para garantir consistência nas informações, a coluna ClientelD da tabela Pedidos foi definida como uma chave estrangeira vinculada à coluna ClientelD da tabela Clientes.

Nesse contexto, a integridade dos dados é preservada porque:

- a) a tabela Pedidos passa a armazenar automaticamente todas as informações existentes na tabela Clientes.
- b) o banco de dados pode impedir o registro de pedidos associados a clientes inexistentes.
- c) todas as consultas envolvendo as duas tabelas serão executadas sem necessidade de operações de junção.
- d) os registros da tabela Clientes não poderão mais ser alterados após a criação do relacionamento.
- e) a chave estrangeira substitui a necessidade de definição de chave primária na tabela Clientes.

144. Uma empresa de comércio eletrônico mantém um catálogo com milhões de produtos. Novas categorias são criadas com frequência e cada categoria pode possuir atributos específicos, como voltagem, tamanho, capacidade, composição química ou compatibilidade com outros equipamentos. Durante o crescimento da plataforma, verificou-se que a necessidade constante de alterar a estrutura das tabelas estava aumentando a complexidade da manutenção do banco de dados.

Nesse contexto, a adoção de um banco NoSQL orientado a documentos reduz uma das limitações enfrentadas pela empresa, conforme descrito em:

- a) necessidade de definir relacionamentos obrigatórios entre todos os registros armazenados.

- b) obrigatoriedade de utilizar linguagem SQL para inserção e consulta dos dados.
- c) impossibilidade de armazenar grandes volumes de informações distribuídas.
- d) dependência exclusiva de servidores locais para armazenamento dos dados.
- e) flexibilidade para armazenar documentos com estruturas distintas sem exigir um esquema rígido para todos os registros.

145. Considere a consulta SQL abaixo.

```
SELECT departamento,  
       COUNT(*) AS total_funcionarios  
FROM funcionarios  
GROUP BY departamento  
HAVING COUNT(*) > 10;
```

A utilização da cláusula HAVING nessa consulta está relacionada à necessidade de:

- a) ordenar os departamentos em ordem crescente de quantidade de funcionários.
- b) limitar a consulta aos primeiros dez registros da tabela.
- c) selecionar apenas os registros cujo campo departamento não seja nulo.
- d) filtrar os grupos formados pela cláusula GROUP BY com base em uma condição de agregação.
- e) eliminar registros duplicados antes da execução da contagem.

146. Em um ambiente corporativo, o administrador de banco de dados precisa conceder a um analista a capacidade de consultar dados de determinadas tabelas, sem permitir alterações, exclusões ou criação de novos objetos no banco. A medida adotada busca atender ao princípio do menor privilégio, amplamente utilizado na administração de SGBDs como Oracle, SQL Server e PostgreSQL.

Nesse cenário, a ação mais adequada consiste em:

- a) conceder apenas as permissões necessárias para leitura dos dados, restringindo operações de modificação.
- b) atribuir privilégios administrativos completos para evitar problemas de acesso futuro.
- c) remover os mecanismos de autenticação para simplificar o gerenciamento dos usuários.
- d) permitir acesso irrestrito a todas as tabelas do banco, desde que o usuário não compartilhe sua senha.
- e) conceder permissões de criação e exclusão de objetos para facilitar consultas complexas.

147. Uma organização mantinha seus dados analíticos exclusivamente em um Data Warehouse. Com o aumento do volume de informações semiestruturadas e não estruturadas, passou a buscar uma arquitetura que permitisse armazenar esses dados de forma mais flexível, sem abrir mão de mecanismos típicos de ambientes analíticos, como governança e consultas estruturadas.

A arquitetura que surgiu justamente para combinar características tradicionalmente associadas a Data Lakes e Data Warehouses está corretamente identificada em:

- a) Lakehouse.
- b) Data Mart.
- c) Data Mesh.
- d) Banco de dados relacional transacional.
- e) Repositório operacional (ODS).

148. Uma plataforma de integração recebe eventos de múltiplas aplicações por meio de uma fila de mensagens. Em períodos de pico, a taxa de chegada dos eventos supera temporariamente a capacidade de processamento dos consumidores. Para evitar perda de dados e absorver essas variações de carga, foi adotado um mecanismo intermediário entre a origem e o processamento final.

Nesse cenário, a utilização desse mecanismo tem como principal finalidade:

- a) substituir a autenticação dos sistemas envolvidos na integração.
- b) garantir que todos os eventos sejam convertidos automaticamente para o formato XML.
- c) desacoplar a produção e o consumo dos dados, absorvendo variações temporárias de volume por meio de armazenamento intermediário.
- d) eliminar a necessidade de validação e verificação da integridade dos dados recebidos.
- e) dispensar o uso de protocolos seguros durante a transmissão das informações.

149. Durante a execução de um pipeline de processamento de dados, ocorreu uma falha após a conclusão de várias etapas já processadas. Para evitar a necessidade de reiniciar toda a carga desde o início, a equipe implementou um mecanismo que registra pontos intermediários de execução, permitindo retomar o processamento a partir do último estado consistente.

A funcionalidade descrita está corretamente associada ao conceito de:

- a) versionamento de código-fonte.
- b) checkpoints.
- c) logging de eventos.
- d) auditoria de operações.
- e) integração contínua (CI).

150. Durante uma auditoria, uma organização precisou demonstrar a origem de um indicador utilizado em relatórios estratégicos. A equipe conseguiu identificar quais sistemas forneceram os dados, quais transformações foram aplicadas ao longo do processamento e quais conjuntos de dados contribuíram para o resultado final.

No contexto da governança e qualidade de dados, a capacidade descrita está diretamente relacionada ao conceito de:

- a) deduplicação de dados.
- b) catalogação de ativos de dados.
- c) validação de conformidade.
- d) gerenciamento de políticas de acesso.
- e) linhagem de dados.

151. Uma empresa passou a processar transações em uma plataforma de streaming baseada em eventos. Durante os testes de carga, observou-se que o volume de mensagens produzidas cresceu significativamente, exigindo a distribuição do processamento entre múltiplos consumidores sem comprometer a ordem dos eventos dentro de cada grupo de dados relacionado.

Nesse contexto, a utilização de particionamento em plataformas como Kafka contribui principalmente para:

- a) eliminar a necessidade de consumidores para o processamento das mensagens.
- b) garantir que todas as mensagens sejam armazenadas permanentemente em um único servidor.
- c) distribuir a carga de processamento entre diferentes partições, favorecendo escalabilidade e paralelismo.
- d) reduzir o volume de dados produzidos pelos sistemas de origem.
- e) substituir mecanismos de replicação e tolerância a falhas.

CIÊNCIAS DE DADOS

Lucas Ianni

152. Uma equipe técnica avalia um sistema de concessão de crédito que utiliza aprendizado de máquina. Os analistas precisam, de um lado, compreender a estrutura interna do modelo, seus parâmetros e a lógica que ele aplica e, de outro, justificar perante o cliente por que um pedido específico foi negado.

Considerando os conceitos de interpretabilidade e explicabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) A interpretabilidade é externa e está voltada à justificativa de uma saída específica diante de uma entrada, enquanto a explicabilidade é interna e descreve o funcionamento do modelo.
- b) Tanto a interpretabilidade quanto a explicabilidade só fazem sentido após o modelo gerar uma predição concreta, pois ambas dependem de um dado de entrada para existirem.
- c) A interpretabilidade foca no modelo e é interna, ligada à compreensão de sua estrutura e lógica, ao passo que a explicabilidade foca na predição e é externa, ligada à justificativa da saída produzida.
- d) Não existe corrente na literatura que estabeleça qualquer distinção entre os termos, sendo eles tratados sempre como conceitos idênticos.
- e) Uma árvore de decisão é o exemplo clássico de modelo do tipo caixa-preta, já que sua estrutura interna permanece oculta ao analista.

153. Em um projeto de pesquisa, um agente de software é colocado em um ambiente simulado para aprender a executar tarefas sem que nenhum especialista informe previamente qual é a ação correta em cada situação. O agente experimenta diferentes ações, observa os retornos recebidos e ajusta seu comportamento ao longo de milhares de interações.

Sobre o paradigma de aprendizado empregado nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) O agente aprende a partir de exemplos previamente rotulados por um supervisor humano, que fornece a resposta correta para cada entrada do conjunto de treino.
- b) O objetivo central é prever o resultado de um atributo alvo por meio de uma associação direta entre entrada e saída, tal como em modelos discriminativos.
- c) O sinal recebido do ambiente informa ao agente, a cada passo, exatamente qual seria a ação ideal a ser tomada naquele estado.
- d) O agente não realiza exploração do ambiente, limitando-se a seguir um conjunto fixo de regras determinadas no início do treinamento.
- e) O agente busca aprender uma política que define a melhor ação para cada estado, maximizando a recompensa cumulativa por meio de feedback avaliativo e tentativa e erro.

154. Um cientista de dados precisa de um modelo que não apenas classifique observações, mas também seja capaz de produzir novas amostras sintéticas semelhantes aos dados reais. Ao revisar a teoria, ele relembra a distinção entre modelos que aprendem a probabilidade condicional e modelos que aprendem a probabilidade conjunta.

Assinale a alternativa correta sobre essa distinção.

- a) A Regressão Logística é o exemplo clássico de modelo generativo, pois aprende a distribuição conjunta dos dados e dos rótulos.
- b) Um modelo generativo aprende a probabilidade conjunta $p(x,y)$, o que lhe permite tanto classificar

quanto gerar amostras sintéticas de entrada, sendo o Naive Bayes um exemplo dessa abordagem.

- c) Modelos discriminativos aprendem a probabilidade conjunta $p(x,y)$ e, por isso, conseguem gerar dados sintéticos com facilidade.
- d) Apenas modelos discriminativos são capazes de classificar, pois os modelos generativos se limitam a gerar dados, sem qualquer uso classificatório.
- e) O modelo generativo aprende diretamente $p(y|x)$, motivo pelo qual não consegue produzir novas entradas a partir de uma saída fornecida.

155. Uma equipe de engenharia de machine learning está documentando seu ciclo de MLOps para integrar novos membros. Surgiram dúvidas sobre qual artefato cada etapa entrega como saída e sobre a ordem em que esses artefatos surgem ao longo do pipeline, já que algumas fases possuem nomes parecidos e responsabilidades facilmente confundíveis. A líder técnica pede que a equipe identifique a única descrição que associa corretamente uma etapa à sua respectiva saída.

Assinale a alternativa correta.

- a) Na etapa de Desenvolvimento e Experimentação, o objetivo principal é produzir o modelo final já treinado e pronto para servir em produção, encerrando a necessidade de novas execuções do pipeline.
- b) O Pipeline de Integração Contínua compila os códigos produzidos na etapa anterior, submete tudo a testes e, se aprovados, gera os pacotes e executáveis prontos para implantação.
- c) No Pipeline de Entrega Contínua, o modelo treinado é colocado em produção para começar a gerar previsões, sendo essa a etapa conhecida como model serving.
- d) O Disparo Automatizado é responsável por armazenar o modelo treinado no registry e, na sequência, expô-lo diretamente como uma API REST para consumo por sistemas externos.
- e) A etapa de Monitoramento tem como principal produto o serviço de predição exposto como endpoint, encarregado de receber dados de entrada e devolver as previsões do modelo.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

156. Sobre o conceito de déficit público, suas formas de financiamento e a apuração do resultado fiscal, é correto afirmar:

- a) O déficit público pode ser financiado por emissão monetária, colocação de títulos da dívida ou uso de reservas, sendo a primeira via potencialmente geradora de pressões inflacionárias.
- b) O conceito "acima da linha" apura a necessidade de financiamento do setor público pela variação do estoque da dívida líquida.
- c) No Brasil, o Banco Central apura o resultado fiscal preferencialmente pela ótica das receitas e despesas, isto é, "acima da linha".
- d) O resultado nominal expurga integralmente os efeitos dos juros incidentes sobre a dívida pública.
- e) A obtenção de superávit primário é sempre suficiente para reduzir o estoque nominal da dívida pública no período.

157. O denominado peso morto (perda de eficiência) gerado pela tributação sobre um bem tende a ser

- a) tanto maior quanto menores forem as elasticidades-preço da oferta e da demanda do bem tributado.
- b) nulo sempre que o imposto for do tipo ad valorem, independentemente das elasticidades envolvidas.
- c) tanto maior quanto maiores forem as elasticidades-preço da oferta e da demanda do bem tributado.
- d) integralmente eliminado pela adoção de um imposto sobre o valor adicionado.
- e) independente das elasticidades, dependendo apenas da magnitude da alíquota aplicada.

158. Em um mercado de determinado bem, as funções de oferta e de demanda são dadas, respectivamente, por:

$$\text{Oferta: } P = 20 + Q$$

$$\text{Demanda: } P = 80 - Q$$

(em que P é o preço em reais e Q a quantidade)

O governo institui um imposto específico (por unidade) de R\$ 12, cobrado dos produtores. Após a incidência do tributo, a quantidade de equilíbrio passa a ser

- a) 30 unidades, sendo o imposto suportado integralmente pelos consumidores.
- b) 24 unidades, repartindo-se o ônus do imposto igualmente entre consumidores e produtores.
- c) 24 unidades, sendo o imposto suportado integralmente pelos produtores.
- d) 30 unidades, repartindo-se o ônus do imposto igualmente entre consumidores e produtores.
- e) 36 unidades, sendo o imposto suportado integralmente pelos consumidores.

159. Quanto à classificação e à natureza dos tributos, é correto afirmar que

- a) a contribuição de melhoria tem como fato gerador a prestação de serviço público específico e divisível posto à disposição do contribuinte.
- b) a taxa pode ser cobrada em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviço público específico e divisível.
- c) o imposto caracteriza-se por ter sua arrecadação vinculada a uma contraprestação estatal específica ao contribuinte.
- d) o imposto específico (unitário) é aquele calculado como percentual sobre o valor da operação.
- e) o imposto ad valorem é cobrado em quantia fixa por unidade física do bem.

160. A regra de Ramsey, no campo da tributação ótima sobre mercadorias, e suas implicações sobre a equidade ensejam as seguintes considerações:

- I. A regra preconiza que as alíquotas devem ser fixadas de modo inversamente proporcional às elasticidades-preço de demanda dos bens, minimizando a perda de eficiência para uma dada arrecadação.
- II. A aplicação estrita da regra tende a produzir um sistema regressivo, pois bens de demanda mais inelástica — frequentemente essenciais e com peso maior no orçamento das famílias pobres — seriam mais tributados.
- III. O critério do benefício e o critério da capacidade contributiva constituem fundamentos idênticos de equidade, conduzindo sempre à mesma estrutura de alíquotas.
- IV. O conflito entre eficiência e equidade revela-se na regra de Ramsey, já que a estrutura mais eficiente do ponto de vista alocativo não é necessariamente a mais equitativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
 - b) I e III.
 - c) II, III e IV.
 - d) I, II e III.
 - e) II e IV.
-

Questão Dissertativa

De acordo com a Organização Mundial do Comércio, **serviços** constituem o maior e mais dinâmico componente das economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Eles são a principal forma com que as organizações criam valor para si mesmas e para seus clientes. Quase todos os serviços hoje são impulsionados pela TI, o que significa que há um enorme benefício para as organizações na criação e melhoria de sua capacidade de gerenciamento de serviços de TI.

Neste sentido, ITIL 4 é o resultado de uma grande quantidade de pesquisa global e trabalho de desenvolvimento nas indústrias de gerenciamento de serviços e TI. A nova versão do modelo colaborou com as partes interessadas mais amplas e usuários para garantir que o conteúdo atenda aos requisitos modernos de continuidade, inovação, flexibilidade e valor.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do modelo ITIL 4 atendendo, abordando ou explicando, necessariamente, os seguintes pontos:

- O que é um serviço?
- Explique o modelo de Quatro Dimensões da ITIL 4.
- Durante operação de um serviço, explique como funcionam e se relacionam os processos de Central de Serviços, Gerenciamento de Incidentes e Gerenciamento de Problemas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 1

A Prefeitura de Cidade Nova está buscando melhorar a eficiência e a transparência na gestão dos seus projetos de desenvolvimento de software. Para isso, decidiu implementar metodologias ágeis no Departamento de Tecnologia da Informação (DTI). No entanto, a transição para metodologias ágeis trouxe desafios significativos.

O DTI começou a implementar Scrum e Kanban em seus projetos, mas enfrentou problemas de adaptação das equipes, falta de clareza nos papéis e responsabilidades, e dificuldade em manter a comunicação eficiente entre todos os membros da equipe.

Recentemente, a prefeitura iniciou o desenvolvimento de um novo sistema de gestão de escolas municipais, que deve ser entregue em seis meses. O projeto já sofreu dois atrasos significativos devido a problemas de comunicação e falta de coordenação entre as equipes. O diretor do DTI, João, foi incumbido de identificar os problemas e propor uma estratégia de implementação mais eficaz para garantir a entrega do sistema no prazo.

Tarefas para análise:

1. **Estratégia de implementação:** Proponha uma estratégia detalhada para implementar Scrum e Kanban de forma eficaz no DTI, incluindo treinamentos, definição de papéis e responsabilidades, e mecanismos para melhorar a comunicação.
2. **Melhoria contínua:** Descreva como o DTI pode implementar uma cultura de melhoria contínua para garantir que a equipe se adapte rapidamente às mudanças e melhore constantemente seus processos.
3. **Uso de ferramentas ágeis:** Recomende ferramentas específicas que podem ser usadas para facilitar a implementação de Scrum e Kanban, explicando suas funcionalidades e como podem ajudar a resolver os problemas identificados.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

O Departamento de Tecnologia da Informação de um órgão público fictício, denominado Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (SDI), está passando por uma transformação digital para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Como parte dessa transformação, a SDI decidiu adotar a programação orientada a objetos (POO) para desenvolver um novo sistema de gestão de projetos, que visa integrar diferentes departamentos, melhorar a comunicação entre equipes e fornecer ferramentas avançadas de acompanhamento de projetos.

No entanto, durante a fase inicial do desenvolvimento, a equipe de TI da SDI enfrentou alguns desafios. Muitos desenvolvedores têm pouca experiência com POO e estão encontrando dificuldades para aplicar conceitos como herança, encapsulamento e polimorfismo de forma eficaz. Além disso, a equipe está debatendo sobre como melhor organizar o código para maximizar a reutilização e a manutenção do software a longo prazo.

A respeito da situação hipotética apresentada acima, faça o que se pede a seguir:

1. Explique como a herança pode ser utilizada no sistema de gestão de projetos para promover a reutilização de código e facilite a manutenção do software.
2. Proponha uma estratégia para a equipe de desenvolvedores implementar o encapsulamento de forma eficaz, garantindo a proteção dos dados e a integridade do sistema.
3. Defina o conceito de polimorfismo e discuta como ele pode ser aplicado para permitir que diferentes módulos do sistema de gestão de projetos se comuniquem e operem de maneira eficiente.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>